

HORA DE REGULAR

Lula alerta nas Nações Unidas para o papel dos conglomerados de tecnologia, apontando os riscos para a democracia em todo o mundo



focus
BRASIL

Fundação Perseu Abramo 6 de Março de 2023 Nº 85

Paulo Artaxo: o mundo tem de reduzir emissões de CO2
Bolsonaro cortou recursos para minimizar desastres naturais
Um ano da Guerra na Ucrânia. Brasil diz que é preciso negociar
Justiça: Caso Marielle será investigado pela Polícia Federal
Clarice Lispector surge na 'New Yorker' em entrevista "inédita"



**CONTRIBUA COM A REVISTA
REVISTA RECONEXÃO PERIFERIAS**

Convidamos ativistas, coletivos e movimentos para contribuírem com a Revista Reconexão Periferias de fevereiro. O tema do mês será sobre as ruas, como espaços de disputa, defesa da democracia e também alegria, nas festas populares do carnaval. **Textos, artigos, fotos, ilustrações, poemas e toda forma de expressão que possa estar consolidada na Revista são bem vindos!**

Envie um e-mail para estudosperiferias@gmail.com para maiores informações.

SERÁ MUITO LEGAL TER A PARTICIPAÇÃO DE VOCÊS!

FUNDAÇÃO
Perseu Abramo
Partido dos Trabalhadores

REVISTA
RECONEXÃO
PERIFERIAS

EXPOSIÇÃO

PT 43 anos
NA LUTA PELA
**DEMOCRACIA
BRASILEIRA**

ACESSE EM: fpabramo.org.br/pt43anos

REALIZAÇÃO
Sérgio Buarque de Holanda
FUNDAÇÃO
Perseu Abramo
Partido dos Trabalhadores

focus BRASIL

Uma publicação da Fundação Perseu Abramo

Diretor de Comunicação: Alberto Cantalice

Coordenador de Comunicação: David Silva Jr.

Produção: Oficina da Notícia

Editor-Chefe: Olímpio Cruz Neto

Colaboradores: Artur Araújo, Bia Abramo, Fernanda Estima, Guto Alves, Isaías Dalle, Nathalie Nascimento, Pedro Camarão e Ricardo Stuckert



FUNDAÇÃO
Perseu Abramo
Partido dos Trabalhadores

DIRETORIA EXECUTIVA

Presidente: Paulo Okamoto

Vice-presidenta: Vivian Farias

Diretoras: Elen Coutinho e Jéssica Italoema

Diretores: Alberto Cantalice, Artur Henrique da Silva Santos, Carlos Henrique Árabe, Jorge Bittar, Geraldo Magela e Valter Pomar

CONSELHO CURADOR

Presidenta de honra: Dilma Rousseff

Conselheiros: Ana Maria de Carvalho Ademar, Arthur Chioro dos Reis Fontenele, Arlete Sampaio, Azilton Viana, Camila Vieira dos Santos, Celso Amorim, Dilson Peixoto, Eleonora Menicucci, Eliane Aquino, Elisa Guaraná de Castro, Esther Bemerguy de Albuquerque, Everaldo de Oliveira Andrade, Fernando Pimentel, Fernando Ferro, Francisco José Pinheiro, Iole Ilíada, José Roberto Paludo, Lais Abramo, Luiza Borges Dulci, Maria Isolda Dantas de Moura, Nabil Bonduki, Nilma Lino Gomes, Paulo Gabriel Soledade Nacif, Penildon Silva Filho, Sandra Maria Sales Fagundes, Sérgio Nobre, Teresa Helena Gabrielli Barreto e Vladimir de Paula Brito

SETORIAIS

Coordenadores: Elisângela Araújo (Agrário), Henrique Donin de Freitas Santos (Ciência e Tecnologia e Tecnologia da Informação), Martvs Antonio Alves das Chagas (Combate ao Racismo), Juscelino França Lopo (Comunitário), Márcio Tavares dos Santos Chapas (Cultura), Adriano Diogo (Direitos Humanos), Tatiane Valente (Economia Solidária), Maria Teresa Leitão de Melo (Educação), Alex Sandro Gomes (Esporte e Lazer), Janaína Barbosa de Oliveira (LGBT), Anne Moura (Mulheres), Nádia Garcia (Juventude) Nilto Ignacio Tatto (Meio Ambiente e Desenvolvimento), Rubens Linhares Mendonça Lopes Chapas (Pessoas com Deficiência), Eliane Aparecida da Cruz (Saúde) e Paulo Aparecido Silva Cayres (Sindical)

CONTATOS

webmaster@fpabramo.org.br

Endereço: Rua Francisco Cruz, 234 Vila Mariana

São Paulo (SP) - CEP 04117-091

Telefone: (11) 5571-4299 Fax: (11) 5573-3338



DIÁLOGO PELA PAZ Lula conversa com o presidente ucraniano, Volodymyr Zelensky, por videoconferência. Na pauta, a guerra na Ucrânia e a possibilidade de cessar-fogo no leste europeu. Páginas 24 a 26

NESTA EDIÇÃO

LULA DIZ QUE O MUNDO PRECISA DISCUTIR REGULAÇÃO DAS REDES

Em carta dirigida à Unesco, o presidente do Brasil alerta para os riscos que a democracia corre em todo o mundo por conta da falta de responsabilidade das grandes corporações de tecnologias pela disseminação de mentiras e do ódio.

Páginas 9 a 13

ENTREVISTA. Paulo Artaxo afirma que aquecimento global já é uma realidade
Página 4

AJUDA. Governo libera R\$ 7 milhões para ajudar vítimas de temporais em SP
Página 17

ARTIGO. Petrônio Portela Filho pede ao mercado que deixe Lula trabalhar
Página 23

VIOLÊNCIA. Assassinato em Sinop mostra cultura das armas como ameaça
Página 14

OPINIÃO. Zeca Dirceu celebra retomada do diálogo político no Brasil
Página 19

HISTÓRIA. A prisão de Luis Carlos Prestes, em 1936, e o Dia da Mulher pela ONU
Páginas 28 a 31

OCUPAÇÃO. MST retoma ações na Bahia para obter cumprimento de acordo
Página 15

ECONOMIA. Lula diz que Petrobrás precisa voltar a investir novamente no país
Página 20

MÚSICA. Quem são os grandes compositores que mostraram Brasil ao mundo
Página 32

FPA. Diretoria da fundação faz reunião de planejamento estratégico
Página 16

JUROS. Manutenção da taxa pelo BC é uma ameaça ao crescimento econômico
Página 21

LITERATURA. Entrevista 'perdida' de Clarice Lispector gera polêmica
Página 36

“TEMOS COMO REDUZIR EMISSÕES DE GASES PELA METADE ATÉ 2030”

O cientista brasileiro que integra o Painel de Mudanças Climáticas das Nações Unidas alerta que as evidências são de que o mundo caminha para 3°C mais quente do que o esperado, o que já era grave. Ele diz que Lula pode ajudar na agenda ambiental ao mostrar que o Brasil vai fazer o dever de casa e reduzir a zero as emissões de CO₂ e que deve cobrar das nações mais ricas que façam o mesmo

Pedro Camarão

Eventos climáticos como a chuva que atingiu o litoral de São Paulo há duas semanas, a maior em volume já registrada na história do Brasil, e que causou uma tragédia com mais de 50 mortes e milhares de desabrigados, vão continuar a ocorrer. Este é o diagnóstico feito pelo professor e pesquisador da USP, Paulo Artaxo, integrante do painel de cientistas da ONU que investiga as mudanças climáticas, o IPCC.

O planeta está ficando 3°C mais quente. Caso medidas não sejam tomadas com urgência, o aquecimento da Terra só irá aumentar. Ele diz que são as populações mais pobres quem mais sofrerão com as consequências. Artaxo afirma que se o curso das práticas adotadas não for alterado, a região Nordeste do Brasil ficará inabitável em algumas décadas. Ele diz que o problema é urgente e necessita de soluções imediatas, que tenham como objetivo o desenvolvimento econômico sustentável, a economia verde.

Artaxo comemora o fim do governo Bolsonaro por conta das práticas antiambientais, antiindígenas e negacionistas. Ao mesmo tempo, entende que o governo Lula está apontando na direção correta, firmando compromissos para alcançar o desmatamento zero da Amazônia até 2028.

O pesquisador afirma que o Brasil tem as condições ideais para ser o pioneiro na redução da emissão de gases do efeito estufa. Por outro lado, o atual governo mostra-se disposto a trabalhar intensamente na diplomacia



para convencer os maiores emissores do mundo a acelerarem ações que tenham o mesmo objetivo. Leia os principais trechos da entrevista à **Focus Brasil**:

Focus Brasil – Com relação à tragédia que vimos recentemente no litoral de São Paulo, pesquisadores afirmam que o evento não poderia ser considerado como consequência

das mudanças climáticas. Qual é a sua opinião, há alguma dúvida nesse sentido, realmente?

Paulo Artaxo – Olha, a questão toda é a seguinte: não é possível você atribuir um particular evento às mudanças climáticas. Eventos extremos sempre ocorreram e vão continuar ocorrendo. O que está acontecendo não é essa questão. Isso não tem nada a ver com as mudanças climáticas glo-

bais. O que observamos é que o aquecimento está aumentando a ocorrência de eventos climáticos extremos no mundo inteiro. Então, estamos vendo incêndios gigantescos nos Estados Unidos e na Europa, secas intensas e ondas de calor muito grandes na Europa, nos EUA e na Ásia e inundações muito fortes. E isto é um sinal claríssimo, já previsto pelos modelos climáticos, de

uma das consequências das mudanças climáticas globais. Elas estão trazendo um aumento na frequência e na intensidade de inundações, chuvas muito intensas, secas prolongadas e assim por diante.

– Recentemente, o professor Carlos Nobre afirmou que, no Brasil, houve um aumento de 50% na ocorrência de eventos extremos. O país já tem uma infraestrutura historicamente precária. É preciso imediatamente, urgentemente, que haja um preparo para o que vai ocorrer daqui para frente?

– Não é se preparar para o que vai ocorrer daqui para frente, mas, para o que já está ocorrendo. Estamos falando dos eventos climáticos e chuvas que já estão aqui e agora com a gente. Tivemos no ano passado enchentes enormes e chuvas torrenciais na Bahia, em Minas Gerais, no Rio de Janeiro. Em Paraty também houve mortes causadas por isso no ano passado. Tivemos em Petrópolis alguns anos atrás. E, agora, temos aí em São Sebastião e Barra do Sahy, no litoral de São Paulo.

Então, é evidente que o Brasil precisa melhorar a sua preparação, a sincronia entre os vários agentes nessa questão que vão desde a previsão meteorológica até os alertas aos governos municipais, estaduais e federal, até a ação da Defesa Civil. Temos que ser muito mais competentes em ajudar o mais rápido possível e com a maior antecedência possível a população vulnerável, a população de risco, para minimizar as mortes nesses eventos. O Brasil tem que se adaptar ao novo clima, que já mudou. Não é que ele vai mudar no futuro. As mudanças climáticas estão aqui com

a gente hoje, no nosso presente, como uma chuva de 600 milímetros em 24 horas deixa muito evidente lá em São Sebastião.

– Qual é a importância do fim do governo Bolsonaro?

– O que tivemos foi um governo que trabalhou pela destruição dos ecossistemas brasileiros, incluindo a Amazônia, que não atuou na questão de melhorar e atentar para as vulnerabilida-

BOLSONARO TRABALHOU PELA DESTRUIÇÃO DOS ECOSSISTEMAS BRASILEIROS, INCLUINDO A AMAZÔNIA. FOI UM GOVERNO PARA OS RICOS

des da população mais pobre do país. Foi um governo essencialmente para banqueiros, industriais e sem levar em conta as necessidades da população como um todo. Felizmente, isso mudou radicalmente. O novo governo só está aqui há um mês e meio. Mas já está tomando medidas importantes, por exemplo, na área do clima, estruturando uma Secretaria Nacional de Mudanças Climáticas, transversal a todos os ministérios, que vai cuidar da questão econômica, am-

biental, de diplomacia e vai por aí afora. Então, o novo governo está na direção certa de implementar políticas de combate às mudanças climáticas globais. Além de reduzir as emissões de gases de efeito estufa, que, no caso brasileiro, concentra-se em zerar o desmatamento da Amazônia até 2028 como prometido pelo atual governo.

– Quão fundamental para o clima do país e também do planeta é o combate ao desmatamento na Amazônia?

– O Brasil tem vantagens estratégicas enormes na questão das mudanças climáticas globais e teria sido fundamental que o antigo governo tivesse aproveitado essas vantagens estratégicas que temos. Com isso, ganharíamos terreno na luta contra as mudanças climáticas globais. O mais importante é a questão de que, atualmente no Brasil, cerca de 50% das nossas emissões de gases de efeito estufa se dão através do desmatamento da Amazônia e não há nenhum outro país do planeta entre as 196 nações da ONU que possa reduzir as suas emissões pela metade em pouquíssimos anos e com muitos benefícios, como manutenção da chuva no Brasil Central, a preservação da população indígena na Amazônia, a melhora da qualidade do ar na região amazônica e assim por diante. Então, o Brasil tem ‘cobenefícios’ muito fortes na redução do desmatamento da Amazônia. Esta foi a primeira medida que teve foco muito importante do novo governo. Temos até um Ministério dos Povos Indígenas que também está lutando para, junto com os ministérios do Meio Ambiente, da Ciência e Tecnologia e a nova Autoridade

Nacional Climática, para que o Brasil cumpra o seu compromisso de reduzir a zero as emissões do desmatamento até 2028. Isso é possível e altamente desejável para a sociedade brasileira.

– Alcançar o desmatamento zero e fazer o trabalho de reflorestamento que foi anunciado ainda na campanha, além do incentivo ao desenvolvimento sustentável, a uma economia verde, são ações que podem trazer resultados como a diminuição desses eventos extremos? É possível traçar esse tipo de consequência?

– Em primeiro lugar, o Brasil está no caminho certo de transformar o nosso sistema energético e toda a economia em uma economia verde muito mais moderna, não predatória dos nossos recursos naturais e muito mais eficiente no uso de energia e dos recursos naturais do Brasil como um todo. Então, a gente vê declarações do presidente do BNDES [Aloizio Mercadante], de que vai colocar o banco a financiar a transição energética para uma economia verde. A gente vê uma série de ações do Ministério da Fazenda, por exemplo, também indo nessa direção. Como falei, essa é, na verdade, a única direção que pode levar o Brasil a se tornar de novo uma nação próspera, moderna, mais eficiente e sustentável.

O Brasil está comprometido com a implementação dos 17 objetivos de desenvolvimento sustentável e acredito que estamos na direção certa. Agora, evidentemente, não temos muito tempo a perder. A Amazônia tem pressa em estancar o processo de desmatamento, estancar o processo de destruição dos povos indígenas da região amazônica, dos

quais, os ianomâmis são somente o povo que hoje está em evidência, mas certamente não é o único dos grupos indígenas em perigo na região amazônica. Precisamos integrar as ações com o Exército, defendendo no fundo a população amazônica, em vez de ficar defendendo quem estava executando atividades ilegais na região, tais como garimpo ilegal, apropriação indébita de terras públicas, realizando crimes,

VAMOS FAZER O DEVER DE CASA, MAS EUA, CHINA, RÚSSIA E INGLATERRA TÊM TAXAS DE EMISSIONES MAIS ALTAS QUE O BRASIL

que foi o que mais caracterizou o modelo de desenvolvimento da região amazônica implantado no último governo.

– Essas ações podem influir na questão dos eventos extremos?

– O Brasil é responsável por uma fração relativamente pequena das emissões. O Brasil é o oitavo maior emissor de gases de efeito estufa. Os Estados Unidos, China, Rússia e Inglaterra têm emissões mais altas que o Brasil. Chegamos numa situação de

emergência climática, o que faz com que seja muito importante, além de reduzirmos a zero o desmatamento da Amazônia, realizar ações diplomáticas para que os demais países do nosso planeta também reduzam a zero as suas emissões. Isso não é uma tarefa simples, não é uma tarefa trivial. Não depende só do Brasil. Nós temos que fazer a nossa lição de casa, não há a menor dúvida, mas nós também temos que pressionar países como os Estados Unidos a reduzirem drasticamente as suas emissões de gases de efeito estufa, o mais rápido possível.

Isso, sim, vai fazer com que a escalada que estamos observando agora de eventos climáticos extremos possa dar uma certa arrefecida. Entretanto, é importante mencionar que o estrago que está sendo feito hoje na atmosfera está levando a um aquecimento médio do planeta de 3° C, não um grau e meio a dois graus, como tem sido discutido no Acordo de Paris e nas reuniões diplomáticas. A ciência hoje mostra, claramente, que estamos indo, com as atuais emissões de gases de efeito estufa, para um aquecimento de 3°C. E isso é muito sério para o planeta como um todo.

Vai causar mudanças radicais no padrão de chuvas, vai aumentar os eventos climáticos extremos e pode fazer com que regiões brasileiras, como o Nordeste que pode vir a ser praticamente inabitável somente em algumas décadas. Então, temos que trabalhar para reduzir esse cenário, que é um cenário de ameaça não só ao Brasil, mas a todos os países. Só que quem mais vai sofrer o impacto das mudanças climáticas é a população mais vulnerável, é a população mais pobre.

Então, não temos tempo a perder. Temos que reduzir as emissões o mais rápido possível.

– A geopolítica atual favorece a pauta ambiental?

– A primeira coisa importante é que o painel de cientistas da ONU que cuida da mudança climática, que é o IPCC, coloca muito claramente que temos todas as tecnologias para reduzir as emissões de gases de efeito estufa pela metade até 2030. Então, não se trata de que não há alternativas. Há, sim. O Brasil tem um gigantesco potencial, por exemplo, de geração de energia solar e eólica a preços muito menores do que a geração nuclear ou a queima de combustíveis fósseis. O Brasil tem que aproveitar estas oportunidades enormes que a gente tem.

Agora, do ponto de vista global, temos um problema sério com a questão da governança, porque, basicamente, a maior parte dos governos é controlado pela indústria dos combustíveis fósseis. Isso é verdade para os Estados Unidos, para os países europeus e, obviamente, também para os países produtores de petróleo e para a Rússia. Então, o que temos é uma dificuldade enorme pois a população do nosso planeta não está sendo ouvida em relação à necessidade de estabilizar o clima. Muito pelo contrário. O que estamos observando hoje é que a indústria do petróleo está fazendo com que nenhuma das 27 COPs realizadas até agora sequer mencionou a questão da absoluta necessidade de eliminar a combustão de níveis fósseis do sistema energético global. O que a gente vê é um problema grave de governança que tem que ser resolvido o mais rápido possível.

– Durante a campanha eleitoral e nas primeiras semanas do governo Lula falou-se muito

sobre a formação do BIC, que seria uma junção de Brasil, Indonésia e Congo, os países que têm as maiores florestas para a regulação de mercado de carbono. Como o senhor enxerga a possível formação desse grupo?

– Não há a menor dúvida, isso é um movimento muito positivo que foi negociado na COP em Sharm el-Sheikh, no Egito, e isso é um movimento muito positivo porque, para reduzir o desmata-

O AGRONEGÓCIO SABE QUE PRECISA MELHORAR SUA IMAGEM FORA DO PAÍS, PORQUE A REDUÇÃO DO DESMATAMENTO VAI AUMENTAR SEUS NEGÓCIOS

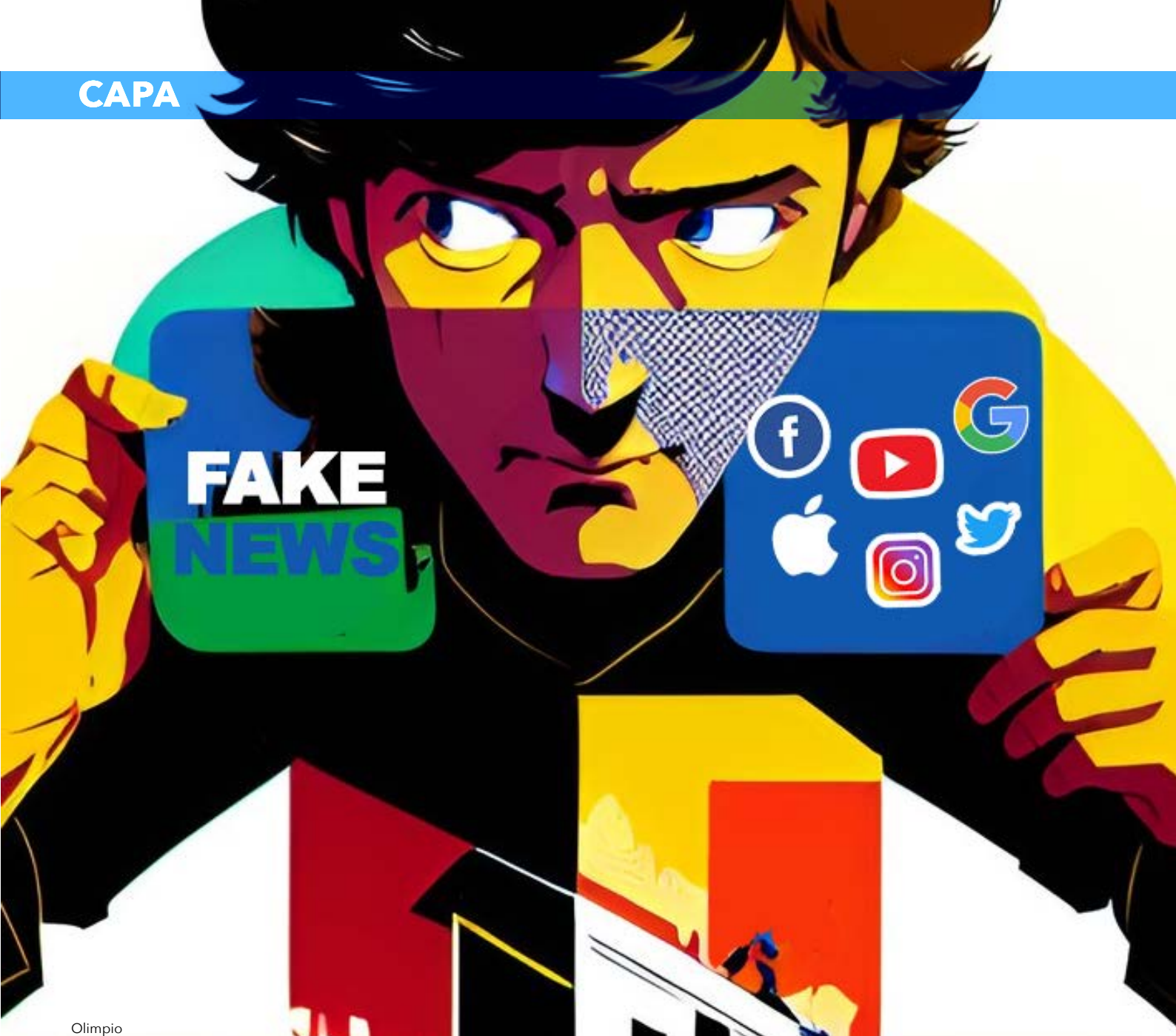
mento, podem haver estratégias comuns entre Brasil, Congo e Indonésia, os três países que mais desmatam florestas tropicais do planeta. E, basicamente, se reduzirmos as emissões desses três países a zero, vai ser possível reduzir em cerca de 18% o total da emissão de gases do efeito estufa no planeta com muitos benefícios climáticos. O que a gente observa é que esse é um movimento geopolítico muito importante. Os países em desenvolvimento precisam se alinhar para defender os seus interesses

nos fóruns de negociação global porque, senão, basicamente, quem vai dominar a discussão vão ser os países produtores de petróleo e as nações desenvolvidas. E aí realmente não há solução para a crise climática dentro desse quadro.

– Eu queria ouvir também a sua opinião sobre o agronegócio brasileiro, apontado como um dos vilões do desmatamento. O agronegócio vai se adequar a essa nova realidade?

– Um setor importante do agronegócio deixa muito claro que, para aumentar a produtividade agrícola brasileira, não precisamos derrubar uma única árvore. Mas, principalmente, o agronegócio quer se livrar da péssima imagem que tem fora do Brasil de destruidor do meio ambiente. Isso é péssimo para o negócio de exportação de commodities. Portanto, acho que parte do agronegócio já acordou para a questão de que eles têm que se aliar a essa estratégia de redução do desmatamento a zero, o mais rápido que puder.

E, com isso, o agronegócio, mais ou menos, melhora sua imagem fora do Brasil antes que sanções comerciais ocorram, como por exemplo, a dificuldade de exportação de carne, de soja, que possam ser implementadas e prejudicá-los ainda mais. É uma questão muito importante e, basicamente, como 95% do desmatamento no Brasil é feito através de ações ilegais, nenhum setor da economia brasileira deve ser visto ou não quer ser rotulado como um setor que não obedece às leis do país. Então, a gente espera que o agronegócio se alinhe ao novo governo brasileiro na campanha de desmatamento zero o mais rápido possível. Isso permitirá traçar uma nova trajetória de desenvolvimento econômico, baseada na legalidade e na sustentabilidade. •



Olimpio

REGULAR AS BIG TECHS

Em carta apresentada na Conferência Global da Unesco, Lula pede à comunidade internacional equilíbrio entre a liberdade de expressão e garantia do direito coletivo à informação confiável

Bia Abramo

O governo Lula saiu, mais uma vez, à frente. Desta vez, na direção do fortalecimento dos direitos humanos, da democracia e do Estado de Direito e

com alvo nas chamadas “big techs”, as grandes plataformas de comunicação digital. Na Conferência Global da Unesco, o Brasil apresentou carta dirigida à diretora-geral Audrey Azoulay na qual Lula propõe que a regulamentação dos monopólios da informação digital sejam trata-

dos pela comunidade internacional. E com urgência.

Na carta, o presidente pede à comunidade internacional que atente para o fato de que os riscos à democracia gerados no ambiente digital, inescapável na vida contemporânea, trazem uma série de outros riscos – e

estes são ainda mais violentos para os pobres: “A disseminação de desinformação durante a pandemia contribuiu para milhares de mortes. Os discursos de ódio fazem vítimas todos os dias. E os mais atingidos são os setores mais vulneráveis de nossas sociedades.”

No documento, Lula também chama por equilíbrio na discussão: “A comunidade internacional precisa, desde já, trabalhar para dar respostas efetivas a essa questão desafiadora de nosso tempo. Precisamos de equilíbrio. De um lado, é necessário garantir o exercício da liberdade de expressão individual, que é um direito humano fundamental. De outro lado, precisamos assegurar um direito coletivo: o direito de a sociedade receber informações confiáveis, e não a mentira e a desinformação”.

Ao contrário do que o discurso e, de certa forma, a experiência inicial da internet do início do século 21 preconizava, as redes descentralizadas de troca de informação e comunicação no formato digital estão, hoje, sob controle de poucas e gigantescas empresas. Das redes sociais aos aplicativos de mensagens instantâneas, do comércio eletrônico ao acesso a conteúdos jornalísticos, quase toda a vida digital está submetida a regras pouco claras e às idiossincrasias de bilionários do Vale do Silício.

Nos últimos anos, tais empresas foram direta ou indiretamente responsáveis pela disseminação incontrolável de fake news, boatos, mentiras, desinformação e discurso de ódio. Em outras palavras, atuaram como forças auxiliares da ascensão da direita e do neofascismo. Embora o fenômeno seja global, aqui no Brasil testemunhamos o papel decisivo das plataformas digitais na



Olimpio

fábrica de mentiras que elegeu Jair Bolsonaro em 2018, com o auxílio da bem azeitada máquina norte-americana responsável pela chegada de Donald Trump ao poder em 2016.

Por isso, o gesto de Lula na Conferência Global da Unesco em 22 de fevereiro é o passo inicial, mas urgente, para que as empresas que dominam, regulam e escolhem o que e como chegam as informações para boa parte do mundo tenham e exerçam algum tipo de responsabilidade no que diz respeito a

qualidade e confiabilidade dessas informações.

O acesso praticamente limitado aos telefones celulares e a prevalência – em determinados casos, a preferência – dos serviços de trocas de mensagens eletrônicas submete boa parte das pessoas a uma avalanche de informações distorcidas, de segunda mão e, por isso, facilmente manipuláveis. A desinformação campeia e gera distúrbios e comportamentos arriscados em parte da população, submetida ao discurso de ódio. •

É FALSO QUE SE TRATA DE CENSURAR

“Países da Europa estão caminhando numa direção em que, quando o conteúdo é impulsionado ou monetizado, deixa de ser tratado como opinião e passa ser tratado como mídia”

O governo Lula vem fazendo um grande esforço para cercar o problema da desinformação, da disseminação de mentiras e do uso abusivo das fake news. Ainda em janeiro, o Palácio do Planalto enviou à apreciação do Congresso uma PEC para combater notícias falsas, que está sendo recebida da pior maneira tanto pela oposição como pela imprensa corporativa. Alegam que se trata de censura à liberdade de expressão e opinião.

Em entrevista recente ao jornal *O Globo*, Paulo Pimenta, ministro da Secom, defendeu uma distinção importante: “O que estamos tratando é de conteúdo ilegal, conteúdo criminoso. Por exemplo: a divulgação do link do remédio que não tem comprovação na Anvisa (Agência Nacional de Vigilância Sanitária), a divulgação impulsionada de links de golpes na internet, conteúdo homofóbico, racista, antidemocrático”.

Ele argumenta que não se trata de uma questão de opinião. “Acho também que deveríamos ter uma distinção entre o que é conteúdo impulsionado e monetizado”, aponta. “Países da Europa estão caminhando numa direção em que, quando o conteúdo é impulsionado ou monetizado, deixa de ser tratado como opinião e passa ser tratado como mídia”.

Empresas e grupos contrários à responsabilização das empresas pelos conteúdos falsos que indivíduos ou grupos fazem circular sempre reagem às tentativas de regulamentação invocando o direito à liberdade de expressão

– em geral, tomando como modelo jurídico a maneira pela qual a liberdade de expressão é entendida nos Estados Unidos. Isso permite que esse direito individual se sobreponha a várias tipificações de crime.

Ainda assim, também nos Estados Unidos, desde que o então presidente Donald Trump usou seu perfil no Twitter para contestar o resultado das eleições norte-americanas, que deram a vitória ao democrata Joe Biden, ele teve seu perfil pessoal banido por disseminar informações falsas. Lá na América vem avançando a discussão sobre as big techs – e não apenas no âmbito da política institucional.

Em 15 de fevereiro, a Câmara dos Deputados estadunidense aprovou o relatório final da CPI

NOS ESTADOS UNIDOS, A AVANÇA DISCUSSÃO SOBRE A REGULAÇÃO DAS GRANDES CORPORAÇÕES DE TECNOLOGIA. O MESMO OCORRE NA AUSTRÁLIA

que investigou práticas econômicas monopolistas das empresas gigantes de tecnologia. O Capitólio pretende elaborar lei que obriga as plataformas digitais a compartilhar mais do que lucram com publicidade digital, de forma a reverter para o que a imprensa produz.

Na Austrália, Facebook e Google já têm de dividir com a imprensa os lucros de publicidade digital. Nos EUA, a ideia é que a lei valha para todos os meios (jornais de qualquer porte e alcance regional, rádio, televisão e publicações online) e tipo de conteúdo jornalístico, inclusive o chamado ideológico.

Mecanismos antitruste, que levam as grandes empresas a comprar startups com enorme rapidez e estabelecerem monopólios em várias áreas do mundo digital, estão contemplados por outra lei, que também deve ser aprovada pelos parlamentares norte-americanos. A divisão entre democratas e republicanos é na definição de conteúdo desinformativo, mais conhecidas como fake news.

Republicanos das várias matizes reagem ao controle da desinformação, alegando censura e abafamento das narrativas e práticas da direita. A questão reveste-se ainda de mais importância por que a corrida para as eleições presidenciais de 2024 já começou por lá, inclusive com a possibilidade de volta de Trump.

O gesto do governo Lula, colocando a discussão no plano internacional e em fórum de discussão global, pode contribuir ainda mais nesse mesmo sen-

tido. Mencionando a tentativa de golpe de 8 de Janeiro, que inclusive macaqueou a invasão do Capitólio por apoiadores de Trump que não aceitavam a derrota para os democratas em 6 de janeiro de 2021, Lula explica a urgência em chegar a um modelo de moderação de conteúdo que leve ao extremismo e à prática de crimes.

“O que ocorreu naquele dia foi o ápice de uma campanha, iniciada muito antes, que usava, como munição, a mentira e a desinformação”, justifica o presidente. “E tinha, como alvos, a democracia e a credibilidade das instituições brasileiras. Em grande medida, essa campanha foi gestada, organizada e difundida por meio das diversas plataformas digitais e aplicativos de mensagens. Repetiu o mesmo método que já tinha gerado atos de violência em outros lugares do mundo. Isso tem que parar.”

Em seguida, Lula assinalou: “(...) não podemos permitir que a integridade de nossas democracias seja afetada pelas decisões de alguns poucos atores que hoje controlam as plataformas. A regulação deverá garantir o exercício de direitos individuais e coletivos. Deverá corrigir as distorções de um modelo de negócios que gera lucros explorando os dados pessoais dos usuários. Para ser eficiente, a regulação das plataformas deve ser elaborada com transparência e muita participação social. E no plano internacional deve ser coordenada multilateralmente. O processo lançado na UNESCO, tenho certeza, servirá para construção de um diálogo plural e transparente. Um processo que envolva governos, especialistas e sociedade civil.”

Como líder de um país latino-americano que volta, aos poucos, a recuperar seu papel

MDH QUER DAR COMBATE AO DISCURSO DE ÓDIO NAS REDES

O Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania, liderado por Sílvia Almeida, está dando sua contribuição no esforço de combater o discurso de ódio. “O ódio está levando o mundo para um buraco e a solução envolve aspectos educacionais”, diz o ministro. “Fake news só ocorrem se houver um terreno fértil e esse terreno se manifesta a partir do ódio contra as mulheres, negros, LGBTQIA+, indígenas e outros. Estamos trabalhando em políticas capazes de desradicalizar e minar o discurso do ódio que se formou.

Liderado por Manuela D’Ávila, candidata a vice-presidente nas eleições de 2018 na chapa encabeçada por Fernando Haddad e ex-deputada federal pelo PCdoB, um grupo de trabalho vai estudar estratégias de rede e propor ações que coíbam as agressões, ameaças e o extremismo largamente disseminadas nas redes sociais.

Composto por 29 membros, parte deles do próprio ministério, o grupo de trabalho tem representantes da sociedade civil e de movimentos sociais por direitos humanos, contra a discriminação e o preconceito. Velhos e novos combatentes das redes sociais, como o youtuber Felipe Neto e a ativista digital Lola Aronovich, foram chamados por sua experiência como produtores de conteúdo e conhecedores das dinâmicas de adesão e engajamento a causas, mas também por serem alvos de ataques.

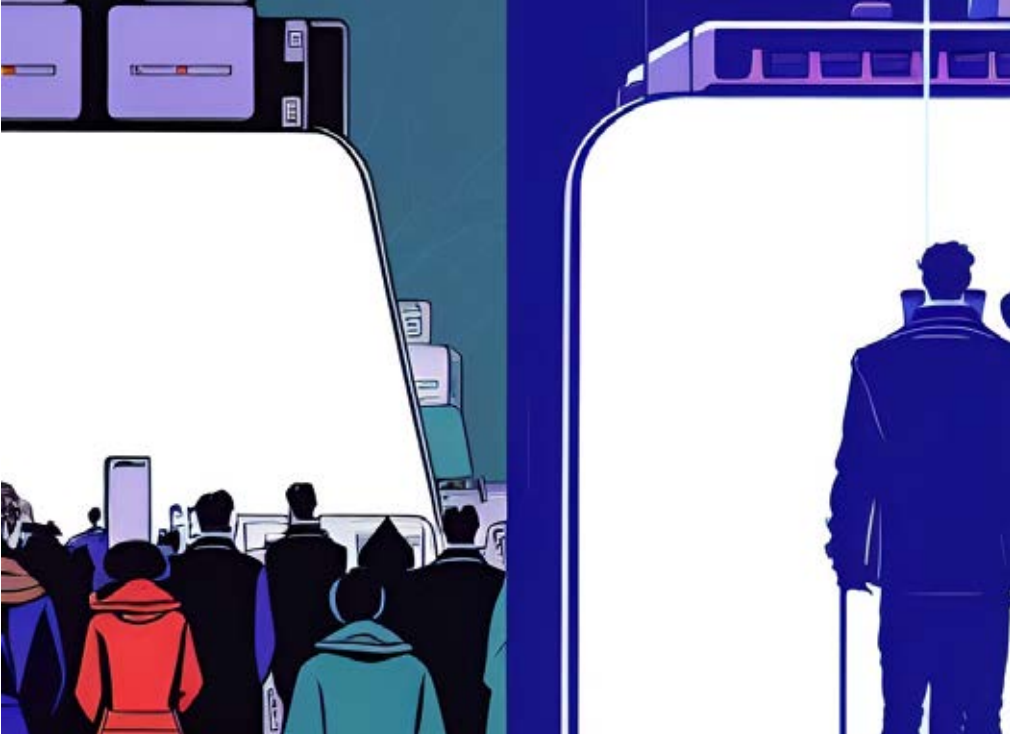
Caso também da jornalista da Folha de S.Paulo Patrícia Campos Mello, alvo de ofensas diretas do ex-presidente Jair Bolsonaro e da horda bolsonarista por sua investigação sobre o esquema de distribuição de fake news pela campanha líder da extrema-direita em 2018 e do epidemiologista Pedro Hallal, crítico da condução negacionista da gestão do antigo governo durante a pandemia.

Integram ainda o grupo de trabalho representantes da Advocacia Geral da União, da Secretaria de Comunicação Social (Secom-PR) e dos ministérios da Educação, da Igualdade Racial, das Mulheres e dos Povos Indígenas. A ideia é que nenhuma das formas de violência provocadas por discriminação e preconceito sejam esquecidas. •

na diplomacia e no concerto das nações com o tamanho e a potência de um Brasil diverso e multicultural, capaz de mostrar como se reduzem as várias desigualdades que o constituem, Lula não deixou de apontar caminhos para políticas públicas.

Na mensagem à Unesco, o líder brasileiro foi claro e direto: “Devemos trabalhar para reduzir o fosso digital e promover a autonomia dos países em desenvol-

vimento nessa área. Precisamos garantir o acesso à internet para todos, fomentar a educação e as habilidades necessárias para uma inserção ativa e consciente de nossos cidadãos no mundo digital. Países em desenvolvimento devem ser capazes de atuar de forma soberana na moderna economia de dados, como agentes e não apenas como exportadores de dados ou consumidores passivos dos conteúdos.” •



Olimpico

DESIGUALDADE DIGITAL

O Brasil ainda está longe de assegurar a todos o acesso à internet. Atualmente, 28,2 milhões de pessoas com mais de 10 anos não entram na web

As questões que se levantam, depois de mais de uma década em que o alcance da comunicação digital se multiplicou, é quais informações chegam, para quem e de que maneira. Dados do IBGE de 2021 apontam que, no Brasil, 15,3% da população brasileira (28,2 milhões de pessoas) acima dos 10 anos ainda não têm acesso à internet.

Em recortes da pesquisa, vai ficando explícita o tamanho da desigualdade: 28,7 milhões de pessoas não tinham celular (15,6% da população com 10 anos ou mais), o meio mais utilizado para ter acesso às plataformas digitais. Em 2021, 98,8% dos que usam internet o fazem pelos dispositivos móveis.

A principal função da internet se tornou as chamadas de vídeo e de voz (94,9%), ou seja, os serviços oferecidos pelos aplicativos de mensagens instantâneas, como o WhatsApp e similares. A faixa etária que mais utiliza a internet é dos 25 e 29 anos (94,5%). Nos estratos mais avançados, com 60

anos ou mais, o percentual chega a mais da metade.

Na pergunta sobre as razões pelas quais explicam o não-uso da internet emergem também outros dados que valem a reflexão: não sabiam utilizar a internet (42,2%); falta de interesse em acessar a internet (27,7%) e serviço de acesso à internet ou equipamento eletrônico necessário era caro (20,1%).

A pesquisa de indicadores socioeconômicos, divulgada em setembro de 2022, baseia-se na PNAD contínua, suspensa em 2020 devido à pandemia, bem como ao quase desmonte do IBGE durante os anos bolsonaristas. Na comparação com a última tomada de dados, de 2019, há um ligeiro avanço no acesso à internet – naquele ano, eram 36,9 milhões de indivíduos ou 20,5% da população acima de 10 anos –, mas persiste uma parcela significativa de excluídos digitais.

Portanto, há uma exclusão digital no país. É de se supor que, para estes excluídos, a quantidade e qualidade de informação

que chega seja, ao mesmo tempo, restrita e com menor possibilidade de comparação. Também a possibilidade de uso de serviços digitais, públicos ou privados, como os bancários, financeiros, as concessionárias de fornecimento de água, eletricidade e telefonia decresce e se mostra mais complexa. A chegada do auxílio emergencial na pandemia foi exemplo claro como o acesso limitado à internet é também gerador de mais desigualdade.

No que diz respeito às fake news e às mentiras que, o tema passa para um patamar ainda maior de responsabilidade das empresas proprietárias das grandes plataformas. Isso porque, de certa maneira, quem decide o que circula, verdade ou mentira, é determinado pelos mecanismos que regem a exibição – ou não – de determinado conteúdo.

Nos últimos anos, o fenômeno da desinformação interferiu em processos políticos em vários países do mundo, chegando a ameaçar os próprios fundamentos da democracia. Além disso, as mentiras e fake news disseminaram discursos de ódio os mais variados, provocando retrocessos importantes em direitos humanos e sociais já conquistados.

Em outras palavras, as redes são rápidas para disseminar fake news – e lentas para desmenti-las. Numa situação de risco mundial, como foi a pandemia, as plataformas digitais tiveram sua prova de fogo, quando foram impelidas a retirar conteúdo e derrubar perfis que apostavam em tratamentos inócuos e perigosos. Isso sem falar na ocultação de informação confiável sobre tratamento, cuidados sanitários e sociais, que pudessem ajudar a salvar vidas. O negacionismo, as balelas de tratamento precoce e a minimização da gravidade da pandemia foram responsáveis por muitas mortes evitáveis. •



ARMAS: TIRO PELA CULATRA

Recentemente o equívoco e o excesso, no caso do porte de armas, tem gerado notícias aterrorizantes. A mais recente ocorreu em Sinop, no Mato Grosso: bolsonaristas mataram seis pessoas em bar

Na terça de carnaval, 21 de fevereiro, o que seria um tranquilo jogo de sinuca acabou em banho de sangue. Seis morreram no bar – incluindo uma adolescente de 12 anos – e um homem foi socorrido em estado grave pelo Corpo de Bombeiros, mas não resistiu. Os eventos não ocorreram em uma cidade perdida no interior dos Estados Unidos, mas em Sinop (MT).

As imagens que chocaram o país mostravam dois homens, um deles com escopeta, abrindo fogo e atirando na cabeça das vítimas. O motivo, mais fútil não poderia ser: os assassinos não aceitaram

o resultado do jogo e decidiram exterminar os vencedores.

Os assassinos, identificados como Edgar Ricardo de Oliveira, de 30 anos, e Ezequias Souza Ribeiro, de 27 anos, estavam jogando sinuca com as vítimas e perderam uma quantia significativa de dinheiro no jogo. Uma rápida visita pelas redes sociais dos homens mostra que ambos são defensores do porte de arma e eleitores do derrotado Jair Bolsonaro.

Os dados alarmantes da violência – e sua banalização – nacional não cessam: feminicídios em alta, assassinatos de crianças, latrocínios e muitas ameaças. Se em Sinop o sangue escorreu no

carnaval, o que podemos constatar é que eventos desse porte podem seguir ocorrendo.

Levantamento exclusivo do Fórum Brasileiro de Segurança Pública indica que mais de 6,3 mil assassinatos poderiam ter sido evitados no Brasil se a gestão de Jair Bolsonaro não tivesse flexibilizado a comercialização de armas de fogo e munição, logo no início do seu governo, em 2019.

A partir dos dados de 2020 do Fórum de Segurança, é possível dizer que em cada grupo de 100 brasileiros há ao menos uma arma particular disponível. “Os dados chamam atenção tanto pelo aumento expressivo do número de

armas que entraram em circulação nas mãos de particulares e a velocidade que isso vem acontecendo, como pela flagrante deterioração dos mecanismos de controle de armas ilegais”, aponta o relatório. “Em outras palavras, enquanto alguns segmentos da população brasileira se armam de modo acelerado, o Estado vem diminuindo sua capacidade de mitigar os efeitos nocivos destas mesmas armas gerando toda sorte de violências”.

A pesquisa ressalta que, embora a redução dos níveis de violência letal seja motivo de comemoração, o país ainda convive com um cenário de violência extrema, assumindo o oitavo lugar entre as nações mais violentas do mundo.

“As pesquisas mostram que a difusão de armas de fogo não apenas representa um fator de risco para toda a sociedade, mas conspira contra a segurança dos próprios lares dos indivíduos que possuem tais artefatos, ao contrário do que pensa o senso comum”, ressalta o documento divulgado pelo Fórum. Para cada 1% a mais na difusão de armas há aumento de 1,1% na taxa de homicídio e 1,2% nos latrocínios.

Entre os primeiros decretos assinados durante a posse do presidente Luiz Inácio Lula da Silva tem um editado que busca reestruturar a política de controle de armas no país. Na prática, a medida reduz o acesso às armas e munição. O decreto suspende o registro de novas armas de uso restrito de CACs (Caçadores, Atiradores e Colecionadores). E interrompe também as autorizações de novos clubes de tiro.

E como anunciado e prometido durante o processo eleitoral, o que se espera é a construção de um caminho de paz, sem violência, sem chacinas e com resolução de conflitos por meio do diálogo e respeito à vida alheia. •

Reprodução



OCUPAÇÃO Trabalhadores rurais sem-terra desencadearam no dia 27 ação para ocupar fazendas da Suzano Papel e Celulose, localizadas na Bahia

O MST É OUTRA COISA

Ocupações realizadas por trabalhadores são comparadas por bolsonaristas aos ataques terroristas de 8 de janeiro. Mas, sem violência, os sem-terra cobram o cumprimento de acordo na Bahia

Entre o final de fevereiro e o início de março, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST) deu início a uma nova jornada de ocupações de latifúndios na Bahia. No dia 27, um grupo de 1,5 mil pessoas ligadas ao movimento ingressou em três fazendas de plantação de eucalipto, de propriedade da gigante Suzano Papel e Celulose, localizadas nos municípios de Teixeira de Freitas, Mucuri e Caravelas, no extremo sul da Bahia. Em 1º de março, 150 mulheres sem-terra ocuparam uma fazenda improdutiva na região da Chapada Diamantina.

A ocupação das propriedades da Suzano foi a que mais chamou a atenção e provocou críticas em setores da imprensa e clamor

nas redes sociais bolsonaristas. Nos perfis dos apoiadores do ex-presidente os ataques foram explícitos, tentando comparar o movimento com o terrorismo promovido por radicais apoiadores do líder da extrema-direita, em 8 de janeiro, em Brasília. Os críticos mais exaltados cobraram prisões para os militantes, alegando incoerência por parte do governo federal e da Justiça.

1,5 MIL
é número de pessoas ligadas ao MST que participaram da ação de ocupação de três fazendas da Suzano Papel Celulose, na Bahia

Na mídia comercial, o tom adotado nas páginas de jornais foi mais comedido, mas em sentido semelhante, como à espera de rigor punitivo sobre os sem-terra.

Nada muito fora do habitual.

Por sua vez, o MST afirma que a ocupação das propriedades da Suzano tem dois objetivos principais: denunciar a devastação

ambiental provocada por amplas plantações monoculturais de eucalipto e cobrar um acordo firmado com a empresa e o Incra em 2011. Extensas plantações de eucalipto produzem danos ao lençol freático e ressecam o solo. Já o acordo não cumprido prevê o assentamento de 750 famílias.

No dia 1º de março, a Justiça de Mucuri (BA), cidade onde se localiza uma das propriedades da Suzano, determinou a reintegração de posse. Lideranças do MST na Bahia afirmaram que não pretendiam oferecer resistência.

O governo federal afirmou que vai buscar um entendimento entre o MST e a Suzano. O ministro do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar, Paulo Teixeira, destacou a pendência da empresa e que acredita em retomada das negociações. O MST retoma as ocupações após a suspensão dessa tática durante o governo Bolsonaro.

Em comunicado, o movimento afirmou que, “apesar das expectativas com o governo Lula em relação à reforma agrária”, os integrantes do MST estão preocupados com a fome, o desemprego e o desmatamento e que acionaram o “alerta amarelo” diante da demora do governo federal em nomear alguém para a Presidência do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra).

“O MST, ciente da missão em lutar pela reforma agrária e pela justiça social, também reafirma nossa luta contra os desmandos da Empresa Suzano Papel e Celulose em nosso território, e exigimos que arquem com os graves passivos ambientais, sociais e econômicos”, declara a página oficial do movimento, que diz que o ato se trata de uma “denúncia” contra a monocultura de eucalipto na região e o uso de agrotóxicos pela empresa, que vem prejudicando as áreas de agricultura familiar. •



ENCONTRO Diretores da Fundação Perseu Abramo discutiram durante dois dias as tarefas para atuação da organização ao longo de 2023

FPA DEFINE AS PRIORIDADES

Diretoria da fundação esteve reunida para fazer o planejamento estratégico de 2023 e elencar as ações

Liderada pelo novo presidente da Fundação Perseu Abramo, Paulo Okamoto, a diretoria executiva da FPA se reuniu entre 1º e 2 de março para traçar as diretrizes para o exercício de 2023. A reunião de planejamento estratégico foi moderada e sistematizada por Flora Marin e Paola Manso. O encontro contou com a presença dos diretores Artur Henrique, Vivian Farias, Virgílio Guimarães, Naiara Raiol Torres, Elen Coutinho, Jorge Bittar, Carlos Árabe, Alberto Cantalice e Valter Pomar.

Na oportunidade, o novo presidente enfatizou a importância da fundação partidária como centro formador da militância petista. Ele destacou que um dos objetivos centrais da FPA é a difusão do conhecimento e a capacitação política dos filiados do PT. “O centro de nossas ações será a formação de dirigentes partidários”, comentou Okamoto.

Dentre as mudanças elencadas estão a incorporação dos novos diretores indicados pelo

Diretório Nacional, Virgílio Guimarães e Naiara Torres, nas tarefas organizativas e da designação de Valter Pomar como novo diretor de cooperação internacional da FPA, diretoria responsável pelo intercâmbio da fundação com os parceiros internacionais do campo progressista.

Okamoto assumiu a Presidência da FPA em fevereiro, quando Aloizio Mercadante deixou o cargo para assumir a direção do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). Já Naiara e Virgílio também passaram a compor a diretoria executiva da fundação, substituindo Geraldo Magela Pereira e Jéssica Italoema.

Okamoto ocupava a direção do Instituto Lula. Ex-dirigente sindical, trabalhou como metalúrgico na Brastemp. Passou a integrar a direção do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC em 1981. Foi tesoureiro da campanha presidencial de Lula em 1989 e presidente do diretório estadual do PT de São Paulo. •



REAÇÃO O presidente Lula interrompe o descanso no carnaval e sobrevoa a região do litoral norte de São Paulo, atingida por fortes chuvas, que mataram 48 pessoas e deixaram mais de 3 mil pessoas sem casa e desabrigadas

R\$ 7 MILHÕES PARA AS VÍTIMAS

Lula assegura ajuda federal a vítimas de deslizamentos provocados por temporais no litoral de São Paulo, Bolsonaro havia deixado no orçamento R\$ 25 mil para ações de combate a desastres em 2023

O governo Lula segue empenhado na reconstrução de São Sebastião e no socorro às vítimas dos temporais que atingiram o litoral norte de São Paulo, durante o carnaval. O número de mortos por causa das chuvas chegou a 48. A Secretaria Nacional de Proteção e Defesa Civil, do Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional, liberou R\$ 7,077 milhões para ações de defesa civil no município.

Lula também autorizou o repasse de R\$ 4,5 milhões a cidades do país afetadas por desastres naturais, valor acrescido aos

R\$ 28,7 milhões transferidos pela Defesa Civil, entre 13 e 17 de fevereiro, a 50 cidades nos estados de Santa Catarina, Minas Gerais, Bahia, Maranhão, Rio Grande do Sul, Pará, Paraná, Rio de Janeiro, Goiás e São Paulo.

O presidente Lula sobrevoou a região e visitou São Sebastião acompanhado de nove ministros de Estado. Ao lado do prefeito de São Sebastião, Felipe Augusto, e do governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas, Lula anunciou que o governo vai investir para a reconstrução de casas destruídas pelo forte temporal e recuperação da rodovia Rio-Santos, interditada em vários pontos por con-

ta de deslizamento de encostas.

Além disso, o governo doou R\$ 11 milhões em mercadorias apreendidas pela Receita Federal, como roupas, calçados, itens de cama, mesa e banho, higiene pessoal, material de limpeza e utensílios de cozinha.

Centenas de moradores da região do litoral norte paulista lutaram nos primeiros dias para encontrar água e suprimentos diários. As operações de resgate cessaram. Cerca de 1.730 pessoas foram deslocadas e 1.810 ficaram desabrigadas, de acordo com o governo do estado.

Os sem-teto foram abrigados em escolas, creches e igrejas em



Ricardo Stuckert

GOVERNO RECRIA O BOLSA FAMÍLIA

As famílias brasileiras voltaram a sorrir com a certeza de que vencerão a fome, a miséria e a pobreza. Na quinta-feira, 2, o presidente Lula assinou medida provisória que lança o novo Bolsa Família com valor mínimo de R\$ 600 e benefícios adicionais.

O investimento será de R\$ 13,2 bilhões e vai beneficiar 21,86 milhões de famílias. O programa social vai destinar R\$ 150 para cada criança de até 6 anos de idade e R\$ 50 para cada integrante da família com idade entre 7 e 18 anos incompletos, além de gestantes. A previsão é que os benefícios comecem a ser pagos a partir de 20 de março, com 55 milhões de brasileiras e brasileiros atendidos.

“Esse não é um programa de um governo. Esse não é um programa de um presidente da República. Este é um programa de toda a sociedade brasileira. E que só vai dar certo se a sociedade brasileira assumir a responsabilidade de fiscalizar o Cadastro Único que nós estamos fazendo”, disse Lula.

Durante a cerimônia, Lula fez questão de enfatizar a relevância do papel do Bolsa Família na movimentação econômica do país. Ele afirmou que o maior desafio do Brasil é fazer a economia voltar a crescer, com geração de renda e empregos.

“O Brasil só vai gerar emprego se a economia crescer. Se o governo não investir dinheiro como indutor do desenvolvimento, nada vai acontecer. Não haverá crescimento na economia nem emprego nem distribuição de renda nem desenvolvimento”. •

PRESENÇA Lula anuncia a ajuda federal ao lado do governador de São Paulo e do prefeito de São Sebastião. Tarcísio de Freitas agradeceu o apoio

São Sebastião. Cerca de 7,5 toneladas de itens de socorro, entre alimentos, água e kits de higiene, foram distribuídos às vítimas. O governo Lula mandou o maior navio da Marinha brasileira para auxiliar no resgate dos afetados e isolados pelas chuvas.

O ministro do Desenvolvimento Regional, Waldez Góes, denunciou que o governo Bolsonaro deixou no orçamento apenas R\$ 25 mil para ações de combate a desastres em 2023. Situação corrigida durante o gabinete de Transição, que identificou o problema e destinou mais de R\$ 500 milhões para ações de defesa civil por meio da PEC do Bolsa Família.

O próprio Lula lembrou que, se dependesse de Jair Bolsonaro, não haveria recursos para ajudar as vítimas. “Na PEC [da transição] nós colocamos dinheiro para a Defesa Civil, que não tinha”, disse Lula. Góes alertou que existem cerca de 14 mil áreas de risco no Brasil, onde vivem cerca de 14 milhões de pessoas. “É fundamental haver continuidade em progra-

mas habitacionais de demanda dirigida. É uma alternativa que precisa ser constante”, afirmou.

O governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas, agradeceu a presença de Lula e disse que “isso nos dá amparo, nos dá conforto no momento em que a gente precisa trabalhar em um regime de cooperação”. Lula lembrou que é possível exercer o poder em benefício da maioria, apesar das divergências. “Eu não sei de que partido é o prefeito, eu sei em que partido Tarcísio disputou as eleições, vocês sabem em que partido eu disputei as eleições e veja que coisa bonita e simples: nós estamos juntos”, completou.

O vice-presidente Geraldo Alckmin celebrou o gesto de solidariedade. “É um novo tempo no Brasil, de união e construção. É um gesto importante do governo federal para São Paulo, que fortalece a democracia e a federação. É um exemplo de que a política não deve ser feita de sectarismo, mas de amor ao próximo”. •

O BRASIL DE VOLTA À CIVILIDADE

A catástrofe no litoral paulista revelou que o Brasil caminha rumo à volta da normalidade, num cenário que inclui a firme reação das instituições democráticas aos golpistas que invadiram a capital

Zeca Dirceu

Em duas calamidades provocadas por fenômenos naturais – a tragédia ocorrida no período de carnaval, no litoral norte paulista, e a seca no Sul do País – o presidente Lula mostrou firmeza de ação que mostra o resgate do papel do governo central e a normalização das relações com os entes federados, independentemente de o estado ou a prefeitura serem governados pela oposição. Esse novo ambiente institucional é importantíssimo para tirarmos o Brasil da crise econômica, social e ambiental dos últimos quatro anos.

O governo anterior – negacionista, antipopular, antinacional e autoritário –, ficou de costas para o povo brasileiro em momentos dramáticos, como durante as chuvas que castigaram a Bahia no final de 2021, deixando dezenas de mortos e milhares de desabrigados. O indolente presidente de então preferiu continuar andando de jet-ski em Santa Catarina enquanto baianos enfrentavam a tragédia.

Em contraste, em 2023, Lula interrompeu seu descanso na Bahia para visitar o litoral Norte de São Paulo. Sobrevoou áreas atingidas pelas tempestades e, em São Sebastião (SP), se reuniu com lide-



ranças e autoridades locais para se informar sobre a crise na cidade e colocar diferentes instituições do governo federal no socorro às vítimas da tragédia, que matou dezenas de pessoas.

Por determinação de Lula, diversos ministérios e órgãos do governo federal foram acionados para atender à população, incluindo medidas imediatas de socorro e apoio ao resgate dos moradores, com atuação da Defesa Civil, Forças Armadas e Polícia Federal, entre outros órgãos federais.

Governar o Brasil é agir em defesa dos interesses nacionais, buscar a pacificação e o desenvolvimento econômico e social, com mais saúde, educação, geração de empregos e renda, defesa do meio ambiente e de nossas riquezas naturais. É também, como disse Lula, atuar para evitar a repetição de catástrofes como as do litoral de São Paulo. Se as torrenciais chuvas que provocaram a tragédia são decorrência das mudanças climáticas, a ocupação dos morros e montanhas, não. Pessoas pobres morreram por morarem em locais inadequados, sem alternativas de moradia e com vista grossa do poder público para a irregularidade. É hora de dar um basta a isto.

É preciso destacar que Lula autorizou em 23 de fevereiro o repasse de R\$ 430 milhões para

ações emergenciais destinadas a mitigar os prejuízos e danos provocados pela estiagem no interior do estado do Rio Grande do Sul. Os recursos serão destinados às áreas da agricultura, desenvolvimento social e defesa civil. Como São Paulo, o estado é governado por um partido de oposição.

O interesse coletivo está acima de questões partidárias e ideológicas, como bem frisou Lula, numa entrevista ao lado do governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas (Republicanos), e do prefeito de São Sebastião, Felipe Augusto (PSDB). O ato, por si só, simboliza a restauração da federação e da democracia no país.

A cena passa para a história, depois de o Brasil viver durante quatro anos num clima permanente de guerra e intolerância: três políticos dos três âmbitos da Federação, de partidos e gerações diferentes, mostraram que podem atuar com civilidade e racionalidade em torno do interesse comum.

A catástrofe no litoral paulista revelou que o Brasil caminha rumo à volta da normalidade, num cenário que inclui a firme reação das instituições democráticas contra a tentativa de golpe do dia 8 de janeiro, com a identificação, prisão e indiciamento dos aventureiros golpistas. •

Deputado federal pelo Paraná,
é líder do Partido dos Trabalhadores
na Câmara dos Deputados

CRÍTICAS AO RENTISMO

Lula diz que a Petrobrás, que completa 70 anos em outubro, precisa voltar a pensar no Brasil, e não só nos acionistas. A petroleira foi a segunda maior pagadora de dividendos do mundo em 2022

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) criticou, na quinta-feira, 2, o volume de dividendos que deverão ser distribuídos pela Petrobrás em 2022, ano em que a empresa lucrou R\$ 188,3 bilhões – a maior marca já registrada por uma companhia de capital aberto no Brasil.

“Nós não podemos aceitar a ideia da notícia de hoje. A Petrobrás entregou de dividendos mais de R\$ 215 bilhões [em 2022], quando ela deveria ter investido metade no crescimento econômico deste país, na indústria brasileira, na indústria naval, na indústria de óleo e gás”, disse o presidente.

A Petrobrás é uma indústria de energia e tem que fazer investimento para que possa, cada vez mais, descobrir novas coisas. Ela precisa investir em etanol e biodiesel de segunda geração, em hidrogênio verde. A Petrobrás é um patrimônio deste país e não apenas dos acionistas”, defendeu.

Na quarta, 1, a petroleira anunciou que vai distribuir R\$ 35,8 bilhões de seus lucros obtidos no quarto trimestre de 2022 aos acionistas, acumulando um montante de R\$ 215,7 bilhões em dividendos no ano, valor maior do que o próprio lucro obtido pela empresa. O valor corresponde a cerca de três vezes o orçamento previsto para o Bolsa Família em 2023. O resultado é 76,6% superior à marca anterior, de R\$ 106,6 bilhões, em 2021.

Relatório da empresa britânica Janus Henderson, divulgado pelo jornal Valor Econômico, revela os rumos que a Petrobrás tomou a partir do Golpe de 2016 e ajuda a explicar por que os brasileiros vêm há tempos pagando tão caro pelos combustíveis e gás de cozinha. A estatal foi a segunda maior pagadora de dividendos do mundo em 2022, com US\$ 21,7 bilhões. Ficou atrás apenas da mineradora BHP, da Inglaterra, e à frente de

gigantes como Microsoft, Exxon Mobil, Apple e China Construction Bank.

À primeira vista, esse dado pode parecer uma boa notícia. Mas não é. Significa apenas que, nos últimos anos, desde o governo de Michel Temer, a Petrobrás passou a atender mais os interesses dos acionistas do que os do povo brasileiro. E quem são os acionistas? Poucas pessoas com dinheiro para comprar as ações da empresa, sendo grande parte delas estrangeira. Em vez de cumprir seu papel de ajudar no desenvolvimento do Brasil e de atuar para fornecer combustível mais barato aos brasileiros, a Petrobrás virou fonte de lucro para ricos de outros países.

Na terça-feira, 28, após saudar a preocupação do governo Lula em reduzir os impactos da reoneração dos combustíveis, a presidenta do PT, Gleisi Hoffmann, ressaltou: “Agora é construir na Petrobrás uma política de preços mais justa,

acabar com o PPI e rever a indecente distribuição de dividendos da empresa para ela voltar a investir e fazer o Brasil crescer”.

E como a política de preços da Petrobrás, a distribuição de dividendos e o preço que pagamos pela gasolina, pelo diesel e pelo gás de cozinha estão relacionados? É muito importante entender. Depois do impeachment fraudulento contra a presidenta Dilma Rousseff, Temer nomeou para comandar a Petrobrás uma diretoria que instituiu o chamado PPI, ou preço de paridade de importação.

Na prática, essa política de preços mudou a forma de definir o valor da tarifa dos produtos fabricados pela Petrobrás no Brasil. O preço da gasolina, por exemplo, passou a ser o mesmo que o da gasolina importada dos Estados Unidos, que é muito mais cara, pois deve ser comprada de uma refina-

ria americana, levada até um porto dos Estados Unidos, transportada de navio até o Brasil e depois até os postos de gasolina.

Essa estratégia, péssima para a população porque dolarizou o preço dos combustíveis, cumpria dois objetivos principais. O primeiro era agradar aos acionistas estrangeiros. Afinal, ao vender seus produtos pelo PPI, a Petrobrás teve mais lucro e se tornou uma das maiores pagadoras de dividendos do mundo.

O segundo era colocar em prática o plano de privatizar a empresa aos poucos. Afinal, o PPI tornou a compra de refinarias, de gasodutos ou da BR Distribuidora um excelente negócio para as empresas internacionais, pois elas sabiam que poderiam explorar os consumidores brasileiros com preços absurdos. Prova disso é o que ocorreu com a venda da Re-

finaria Landulpho Alves (RLAM), na Bahia. Depois de ser adquirida por um grupo árabe, a refinaria passou a vender a gasolina mais cara do Brasil.

Ainda na quinta, o presidente da Petrobrás, Jean Paul Prates, disse que a empresa pode seguir outros referenciais fora da Paridade de Preços de Importação (PPI) para definir seus preços. Ele aponta que a PPI é uma “abstração”, e a Petrobras vai “praticar preços competitivos como ela achar melhor”. A mídia especula que a proposta em discussão, segundo fontes do governo, prevê que 85% do cálculo da PPI seja feito com base nos custos de produção nacional e os 15% restantes estejam atrelados às cotações internacionais. Essa nova proporção atenuaria o impacto das flutuações do dólar e do petróleo no mercado internacional. • **Com Agência PT**

JURO ALTO AMEAÇA CRESCIMENTO DO PAÍS

BC confirma que Selic se manterá em 7,8% no 1º trimestre – a mais alta do mundo. Governo trabalha para evitar crise de crédito com Desenrola e MCMV

O Banco Central mantém a taxa Selic em 13,75%. Com isso, a taxa de juros real, descontada a inflação, será de 7,8% no primeiro trimestre. É o maior índice desde o terceiro trimestre de 2015, de acordo com a própria instituição. Os dados constam de uma carta enviada ainda em janeiro pelo presidente do BC, Roberto Campos Neto, ao ministro da Fazenda, Fernando Haddad.

Mantida a taxa de juro real mais alta do planeta, confirma-se também um cenário de desaceleração econômica que poderia levar o Brasil a uma recessão. Daí a pressa do presidente Lula em reduzir os juros para que o Brasil volte a gerar renda e empregos.

O governo trabalha para conter o risco de uma contração no

crédito por meio de programas como o Desenrola Brasil e o Minha Casa, Minha Vida. Um quadro de desaceleração e uma crise de crédito poderia gerar uma reação sistêmica, com capacidade para paralisar o país, advertem economistas.

O secretário-executivo do Ministério da Fazenda, Gabriel Galípolo, anunciou que o governo trabalha para evitar uma crise de crédito e que programas como o Desenrola e o Minha Casa, Minha Vida servirão para melhorar o ambiente econômico do país. A economia, no entanto, precisa de juros mais baixos para funcionar.

“Eu tenho certeza de que todo mundo quer uma taxa de juros menor”, disse o número 2 de Haddad. “E acho que o que o Ministério da Fazenda vem fazendo é

construir as condições para que o juro seja mais barato – não só a taxa Selic, mas a taxa de juros que chega para população, para as empresas, na ponta”, explicou o secretário. Ele diz que isso estará alinhado com um projeto que está sustentado nesses três pilares: desenvolvimento econômico, social e ambiental.

O documento do Banco Central informa que a autoridade monetária projeta uma trajetória de queda para os juros reais até o final do ano. Segundo a expectativa do BC, a taxa deve cair a partir do 2º trimestre e atingir 6,9% até dezembro. O movimento poderá chegar com atraso e minar de vez as chances de recuperação da economia brasileira, com o agravamento da crise de crédito, como reconhece a pró-

pria ala técnica do BC.

“O endividamento e o comprometimento de renda das famílias têm aumentado”, aponta um documento do Comitê de Estabilidade Financeira (Comef), emitido ainda no final do ano passado. “No caso das pessoas jurídicas, observa-se o aumento dos ativos problemáticos nas empresas de menor porte. Assim, uma frustração substancial do desempenho da atividade econômica pode resultar em elevação do risco de crédito”.

A Fundação Getúlio Vargas emitiu um alerta em fevereiro: “Nossa projeção de crescimento do PIB em 2023 se mantém em 0,2%. Esse cenário resulta de desaceleração que começou no terceiro trimestre de 2022”, destacou o Boletim Macro, divulgado pelo Instituto Brasileiro de Economia, o Ibre.

“O risco de um “credit crunch” (ou de uma crise de crédito no mercado privado) está aumentando no Brasil, em parte devido ao elevado patamar das taxas de juros”, comentou a economista Monica de Bolle. “Diferentemente de outros analistas, penso que o próximo movimento do Banco Central deva ser na direção de iniciar um ciclo de baixa da taxa de juros”, defendeu o economista Manoel Pires, do Ibre/FGV, em entrevista à Folha de S. Paulo. “E por vários motivos: atividade econômica está fraquejando, temos uma crise de crédito latente e o real vem se valorizando”, confirmou.

“Com juros altos, é com esse cenário que vamos nos deparar: sem crédito, sem investimento”, criticou a presidenta do PT, Gleisi Hoffmann. “O BC tem de mudar a política monetária pelo bem do Brasil”, clamou Gleisi. •

Olimpio

DEIXEM O LULA TRABALHAR

A insistência do mercado nos equívocos sobre a questão dos juros, o papel do Banco Central e o novo governo. É estranho que Campos Neto seja descrito como defensor da austeridade, quando ele promoveu aumento exagerado de despesas

José Mariante, o ombudsman da *Folha*, observou que a grande imprensa, ao abordar o conflito entre o presidente da República e o do Banco Central, abdicou do contraditório e formou um "cercadinho do mercado". Lula foi acusado de não ter plano econômico e de defender a "gastança" e "gambiarras fiscais". Segundo os editoriais, a ameaça "populista" ao dogma sacrossanto da "independência do Banco Central" poderia trazer consequências no mínimo catastróficas, no máximo apocalípticas.

Há várias imprecisões em tal narrativa. Em primeiro lugar, o Banco Central do Brasil não é independente, ele é autônomo. O BC é uma autarquia federal que presta contas ao Ministério da Fazenda e ao Senado Federal. O BC tem autonomia para fixar a taxa de juros básica, a Selic, em reuniões de um colegiado chamado Comitê de Política Monetária (Copom). Mas a fixação da taxa de juros pelo Copom deve tomar por base a meta de inflação fixada pelo Conselho Monetário Nacional (CMN).

O CMN é o órgão que tem a responsabilidade de formular a política da moeda e do crédito. O BC é apenas o executor de tal política. O governo federal tem maioria no CMN, que é presidido pelo ministro da Fazenda. Então, a decisão final sobre as metas de inflação passa pelo presidente. A política monetária é assunto do Estado, não do mercado.

Lula sugeriu o aumento das atuais metas de inflação, formuladas por um CMN presidido por Paulo Guedes. Elas são muito irrealistas: 3,25% para 2023 e 3% para 2024 e 2025. Durante os 24 anos em que o sistema de metas de inflação foi adotado no Brasil, o IPCA médio foi de 8,5%. Além disso, o FMI projeta uma inflação média global ao consumidor de 6,6% em 2023 e 4,3% em 2024.

Em segundo lugar, é estranho que Campos Neto seja descrito como defensor da austeridade, quando ele promoveu aumento exagerado da despesa com juros. Quando a autonomia do BC foi instituída pela Lei Complementar nº 179, em 25/2/21, a Selic estava em 2%. Desde então foi aumentada para 13,75%. Cada ponto percentual de aumento da Selic representa um aumento na despesa com juros de 0,9% do PIB.

Ou seja, os que defendem a manutenção da Selic em 13,75% ao ano estão defendendo uma gastança financeira de R\$ 800 bilhões em 2023. O BC do Brasil pratica a maior taxa básica real do mundo – apesar de a economia ter capacidade ociosa e a inflação ser herdada do exterior. Nos últimos anos, ninguém criou tanta despesa inútil quanto o BC de Campos Neto.

Em terceiro lugar, os que acusam Lula de irresponsabilidade fiscal cometem grande injustiça. Lula governou o Brasil durante oito anos e deu provas eloquentes de responsabilidade fiscal e financeira. O governo

OS QUE ACUSAM LULA DE SER IRRESPONSÁVEL COMETEM GRANDE INJUSTIÇA. ELE JÁ DEU PROVAS DE RESPONSABILIDADE FISCAL E FINANCEIRA

Lula gerou superavit primário em todos os oito anos de mandato, sendo que o superavit anual médio foi de 2,2% do PIB.

Onde e quando deficits primários e "gambiarras fiscais" ocorreram, o "mercado" os ignorou. Paulo Guedes gerou um deficit primário médio de R\$ 290 bilhões (3,9% do PIB) no período 2019/2021, deu calote em precatórios, aprovou PEC eleitoreira e gastou R\$ 54 bilhões com emendas secretas. Os gastos do governo Bolsonaro acima do teto somam R\$ 795 bilhões de 2019 a 2022.

O mercado ficou "nervoso" com os deficits primários, as emendas secretas e as cinco vezes em que Guedes furou o teto? Nada semelhante aconteceu. E agora os mesmos doutrinadores que silenciaram sobre a irresponsabilidade fiscal de Bolsonaro querem forçar Lula a cometer estelionato eleitoral?

Querem obrigar Lula a repetir o erro cometido pela Dilma em 2015, quando ela se rendeu ao mercado e entregou o Ministério da Fazenda ao Chicago boy Joaquim Levy. Dilma perdeu o apoio popular e não conquistou o apoio do tal mercado. Sofreu impeachment.

Deixem Lula governar! Ele mostrou, no passado, que sabe governar. Ele colheu resultados melhores do que FHC, o bem-amado do mercado. Durante sua gestão, a taxa média de inflação baixou de 9,2% para 5,8% e a taxa média de crescimento aumentou de 2,7% para 4,1%.

A função constitucional do presidente não é "acalmar" (um eufemismo para agradar) o mercado. Sua função constitucional é disciplinar o mercado, combatendo seus excessos e garantindo a prosperidade de todos. Tal missão requer que ele contrarie interesses poderosos, despertando a ira dos defensores do *status quo*. •

Doutor em economia pela Unicamp, é consultor do Senado Federal. Artigo publicado originalmente no *Correio Braziliense*, em 23 de fevereiro de 2023.



A PAZ É POSSÍVEL?

Um ano depois do início da guerra no Leste Europeu, Lula intensifica pressão diplomática pela paz e conversa com Volodymyr Zelensky. A Rússia se mostra disposta a dialogar: o chanceler Sergei Lavrov vem a Brasília no mês de abril

Enquanto o mundo assiste estupefato a escalada da guerra na Ucrânia, que completou um ano em 20 de fevereiro, com cerca de 300 mil mortos – Eirik Kristoffersen, chefe das Forças Armadas da Noruega fez a estimativa de 180 mil soldados russos mortos ou feridos e na Ucrânia, algo em torno de 130 mil civis e militares – uma proposta para o início das negociações de paz está sendo construída pelo Brasil.

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva tem intensificado uma campanha para mediar o fim da guerra entre Rússia e Ucrânia, ao mesmo tempo que vem trabalhando para recolocar o Brasil no palco global das nações. O vice-ministro das Relações Exteriores da Rússia, Mikhail Galuzin, disse no final do mês que Moscou está estudando a proposta de Lula para encerrar o conflito enquanto continua avaliando a situação na Ucrânia.

Na quarta-feira, 1º de março, o tema voltou a ser tratado pelo ministro Mauro Vieira (Relações Exteriores) ao se encontrar com Sergei Lavrov, o poderoso chanceler da Rússia. Os dois se sentaram para conversar durante o encontro de cúpula do G20, em Nova Dhéli, na Índia. Segundo o Itamaraty, Lavrov deve vir ao Brasil em abril para avançar na relações entre o Kremlin e o Palácio do Planalto. E o presidente da Ucrânia, afirmou no dia 24 de fevereiro que tem interesse em se encontrar com Lula.

Na quinta, 2, Lula ligou para Zelensky em mais um sinal do esforço do Brasil de se posicio-

nar como interlocutor para um eventual processo de mediação na guerra. “É urgente que nações que não estejam envolvidas na guerra assumam o papel de encaminhar negociações para o restabelecimento da harmonia entre Rússia e Ucrânia”, afirmou. O líder ucraniano apresentou queixas sobre questões humanitárias provocadas pela guerra e destacou a importância do Brasil como mediador.

Ainda em fevereiro, Vieira se encontrou com o chanceler ucraniano, Dmytro Kuleb em Munique, na Alemanha. O ministro esteve reunido com chefes da diplomacia da Europa, do Reino Unido e de diversos outros países nas últimas semanas. As chances de as conversas prosperarem são pequenas. Isso porque, apesar do esforço de Lula, o Kremlin e a Casa Branca vêm ampliando suas críticas de parte a parte, enquanto a Organização do Tratado do Atlântico Norte (Otan) segue fornecendo armas, munição e dinheiro para Kiev.

Na visita que fez a Washington, no início do mês passado, Lula sugeriu a criação de um grupo de países, incluindo Índia, China e Indonésia, para mediar

as negociações de paz entre as nações. Ele tem dito que o mundo está cansado da guerra. China, Turquia e outros países também vêm tentando mediar as negociações.

Nenhuma proposta formal do Brasil foi enviada à Rússia, segundo dois funcionários do governo Lula que pediram anonimato para discutir detalhes da ofensiva diplomática, segundo detalhou a Bloomberg. Mas Moscou está discutindo a ideia com base nos comentários públicos de Lula sobre o conflito. Nos últimos dias, diplomatas intensificaram os esforços para apresentar o plano a embaixadores internacionais e conversaram com homólogos de pelo menos 21 países sobre a ideia durante a Conferência de Segurança de Munique.

“Os chanceleres discutiram a situação atual da guerra, a posição brasileira sobre o conflito e a contribuição do Brasil para a resolução a ser votada na Assembleia Geral das Nações Unidas, que pede a cessação das hostilidades pela primeira vez”, disse Mauro Vieira, ministro das Relações Exteriores.

Lula, em linha com a política externa tradicional do Brasil, tem buscado se apresentar como um mediador de conflitos em um mundo multipolar, ao invés de um aliado automático dos Estados Unidos e da União Europeia. Desde que assumiu o cargo em janeiro, ele tem discutido o conflito com líderes globais, incluindo os presidentes da França, Emmanuel Macron, dos EUA, Joe Biden, além do chanceler alemão, Olaf Scholz. •

300 MIL

é a estimativa do número de mortos na Ucrânia, entre civis e soldados ucranianos, e militares russos desde o início do conflito, há um ano



Reprodução

DIÁLOGO Os líderes de Brasil e Ucrânia conversaram durante 30 minutos por videochamada. O líder estrangeiro agradeceu o apoio na ONU

ZELENSKY QUER O APOIO DE LULA PARA A PAZ

Os dois presidentes conversaram pela primeira vez na quinta-feira; o líder brasileiro foi convidado pelo ucraniano a visitar o país e instado a apoiar o 'plano de Kiev', que tem apoio de europeus e Estados Unidos

De patinho feio na comunidade global por conta da atuação isolacionista de Jair Bolsonaro, o Brasil voltou ao palco da política internacional como um ator relevante com capacidade de diálogo e trânsito entre líderes de diferentes matizes ideológicas. Na quinta-feira, 2, o presidente da Ucrânia, Volodymyr Zelensky, pediu a Luiz Inácio Lula da Silva que o Brasil considere o plano de paz apresentado por Kiev, com dez pontos para encerrar a guerra iniciada pela Rússia.

Os dois conversaram por 30 minutos em um tom cordial e sem excessos. Do lado ucraniano, não houve sequer um pedido por armas, já que Kiev teria entendido que Lula não estaria disposto a falar sobre o assunto. Em janeiro, o brasileiro descartou o pedido do

chanceler Olaf Scholz para o envio de munição para a Ucrânia. Lula justificou dizendo que não gostaria de alimentar ainda mais o conflito entre Rússia e Ucrânia – países irmãos com uma história em comum, mas em guerra há um ano.

O presidente do Brasil tem defendido que os líderes de outros países precisam participar de uma iniciativa para a construção da paz e do diálogo entre Rússia e Ucrânia. “A guerra não pode interessar a ninguém”, justifica. A proposta do petista vem sendo chamada de “clube da paz” e é analisada pela Rússia.

O plano de Kiev é apoiado pelos europeus, em especial por Emmanuel Macron, presidente da França. Mas não encontra qualquer respaldo em Moscou e nos aliados dos russos. Zelensky convidou Lula para uma visita para

Kiev. A presença de líderes internacionais na capital do país tem se transformado numa estratégia de propaganda por parte dos ucranianos para tentar mostrar força diante dos russos.

Segundo o jornalista Jamil Chade, Lula não rejeitou o convite. Mas sinalizou que essa não seria a prioridade neste momento e que oportunidades não faltarão. O presidente da Ucrânia agradeceu a Lula pelo fato de o Brasil ter votado pela condenação da agressão russa, em resolução da Assembleia Geral da ONU. O Brasil foi o único país dos Brics a endossar o texto – o bloco é formado também por Rússia, Índia, China e África do Sul. O ucraniano também destacou o esforço do brasileiro em conversas com EUA, França e Alemanha. Lula sinalizou que vai levar o assunto também para a China, no final deste mês. •

O PLANO DE KIEV

1. Segurança da maior usina nuclear da Europa, Zaporizhzhia na Ucrânia, ocupada pela Rússia.
2. Garantias de exportações de grãos da Ucrânia
3. Segurança energética e ajuda para restaurar infraestrutura.
4. Libertação de presos, incluindo prisioneiros de guerra e crianças deportadas para a Rússia.
5. Restauração da integridade territorial da Ucrânia.
6. Retirada das tropas russas e cessação das hostilidades
7. Criação de um tribunal especial para processar os crimes de guerra russos.
8. Proteção do meio ambiente, desminagem e restauração das instalações de tratamento de água
9. Medidas para impedir escalada de conflitos e garantias para a Ucrânia
10. Declaração formal de fim da guerra

MÁFIA AMEAÇA LIONEL MESSI

As ameaças sofridas pelo craque argentino Lionel Messi, por meio de uma mensagem da máfia deixada na porta de um supermercado pertencente à família de sua esposa, Antonela Rocuzzo, deixou a Argentina perplexa. Pela primeira vez, a atuação do crime organizado na cidade de Rosário ganhou os olhos do mundo.

O presidente Alberto Fernández reagiu: "Acordei com uma notícia muito feia. Entrei imediatamente em contato com o prefeito (Pablo Javkin) e o chefe de gabinete. Estamos fazendo muito, mas obviamente alguma outra coisa terá que ser feita. O problema da violência e do crime organizado em Rosário é muito grave".

Na madrugada de quinta-feira, 2, o supermercado da família Rocuzzo em Rosário foi atacado por dois homens: eles dispararam 14 tiros de uma motocicleta. E deixaram uma ameaça: "Messi, estamos esperando por você. Javkin é um narcotraficante, não vai cuidar de você".

Segundo hipótese levantada pela Inteligência Criminal, o atentado poderia ter relação com um conflito ligado aos bares da boate Newell's. "Não parece ser uma mensagem contra Messi, mas contra Javkin", disse uma fonte ao Página 12.

O governo trocou o chefe do comando unificado das forças federais em Rosario. E o presidente da Comissão de Justiça da Câmara dos Deputados, Rodolfo Tailhade, convocará uma reunião para discutir o projeto de fortalecimento da Justiça Criminal Federal na província de Santa Fé. •



Divulgação/Xinhua

REUNIÃO Dirigentes nacionais do PT, Romênio Pereira e Mônica Valente se reuniram com o diplomata chinês Wang Yi, membro do Birô do PCCh

DELEGAÇÃO DO PT É RECEBIDA EM PEQUIM

Dirigentes do Partido dos Trabalhadores são recebidos por dirigentes do PC da China. Relação entre Brasil e China se aprofunda com o novo governo Lula. O presidente visita o país este mês

Uma missão do PT foi recebida em Pequim pelo diplomata Wang Yi, membro do Birô Político do Comitê Central do Partido Comunista da China. O secretário de Relações Internacionais do PT, Romênio Pereira, acompanhado por Monica Valente, dirigente da Executiva Nacional e secretária-executiva do Foro de São Paulo, esteve reunida com o Yi na quarta-feira, 1º de março. Os dois também estiveram reunidos com Liu Jianchao, ministro-chefe do Departamento Internacional do PCCh.

No final de março, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva fará uma visita oficial a Pequim, onde será recebido pelo presidente Xi jin Ping. O encontro de dirigentes do PT com o alto escalão do PC da China mostra a disposição

das instâncias dos dois partidos a aprofundarem os laços construídos ao longo dos últimos 40 anos entre as organizações.

Membro do Birô Político do Comitê Central do PCCh, Wang Yi disse que China e Brasil são grandes países em desenvolvimento com impacto global. "A China sempre vê os laços bilaterais com o Brasil de uma perspectiva estratégica e de longo prazo", disse. Os dois países desfrutaram de cooperação em vários campos e estreita coordenação em assuntos internacionais.

Chefe do Departamento Internacional do Comitê Central do PCCh, Liu Jianchao também se reuniu com a delegação. Os dois concordaram sobre o aprofundamento da amizade entre os países. Jianchao disse ainda que é importante fortalecer os laços entre as duas organizações políticas. •

Iconographia

3 de março de 1936

GRACILIANO RAMOS É PRESO EM MACEIÓ

O autor de "Caetés" e "S. Bernardo", funcionário da Secretaria de Educação de Alagoas e ex-prefeito de Palmeira dos Índios é preso em sua residência, em Maceió, sem que nenhuma acusação tenha sido formalizada. Graciliano ficaria encarcerado até janeiro do ano seguinte. De Maceió, logo foi transferido para o Recife e de lá, com outros 115 presos políticos, para o Rio de Janeiro, no navio "Manaus".

Em 27 de outubro de 1953, a Livraria José Olympio Editora publicaria, postumamente – Graciliano havia morrido em janeiro daquele ano, aos 60 anos –, sua obra autobiográfica "Memórias do Cárcere", o mais contundente relato das violências nas prisões da ditadura Vargas.

O relato, que narra os dez meses em que o autor esteve preso, fala de nada menos que 237 personagens (segundo levantamento do cineasta Nelson Pereira dos Santos, que levou o livro às telas em 1984), com os quais Graciliano dividiu celas. Os presos, políticos ou comuns, são retirados do anonimato: os primeiros, resgatados da violência da tortura e do cárcere; os últimos, da miséria que antecedeu a marginalidade legal.

O livro teria ampla repercussão e causaria desconforto ao PCB, por denunciar a colaboração do seu antigo secretário-geral, Antônio Maciel Bonfim (o "Miranda"), com a polícia política do governo Vargas. Também seria um incômodo para de Getúlio Vargas, que ascendera ao poder pelo voto três anos antes do lançamento do livro.



5 de março de 1936

A POLÍCIA PRENDE NO RIO LUÍS CARLOS PRESTES

A polícia invadiu pela manhã a residência de Luís Carlos Prestes (uma casa simples no Méier, subúrbio do Rio) e o prendeu, junto com sua mulher, Olga Benário, e a empregada da casa. Prestes foi levado para a delegacia de pijama. Filinto Müller, chefe de polícia do Distrito Federal, telegrafa a todos os governadores comemorando a prisão do líder comunista.

A polícia estava no encalço do Cavaleiro da Esperança havia muitos meses. Ele chegara ao Brasil em abril de 1935 e, desde então, vivia na clandestinidade, mudando frequentemente de endereço. Após o levante comunista de novembro, as buscas se intensificaram, com a criação da Comissão de Repressão ao Comunismo em janeiro. A polícia contou com a ajuda de Alfred Hutt, superintendente da Light (companhia de energia elétrica do Rio de Janeiro) e agente do serviço secreto

inglês.

Mas foi só com violência que a polícia conseguiu localizar o esconderijo de Prestes. Inúmeros militantes do Partido Comunista do Brasil (PCB) foram barbaramente torturados para contar onde se encontrava o comandante da insurreição armada de novembro de 1935.

Em dezembro, fora preso o norte-americano Harry Berger e sua mulher, Sabo. Ambos eram cidadãos alemães ligados ao Comitê Executivo da Internacional Comunista e estavam no Brasil para prestar assistência a Prestes e à luta armada. Sabo era Elisabeth (Elise) Saborowski Ewert, e Harry, codinome de Arthur Ernest Ewert, ex-deputado pelo Partido Comunista da Alemanha.

Em janeiro de 1936, foi a vez de Adalberto de Andrade Fernandes, codinome do secretário-geral do PCB, o baiano Antônio

Maciel Bonfim, também chamado de Miranda, e sua jovem esposa, Elza Fernandes - na verdade, Elvira Cupelo Colônio. Ao contrário dos alemães, Miranda entregou vários companheiros, mas não sabia do paradeiro de Prestes. O comunista argentino Rodolfo Gholdi também falou sob tortura.

Por ele, os policiais souberam que Prestes estava casado com uma estrangeira, conhecida como Olga. Também ouviram falar do comunista norte-americano Victor Allen Barron. Preso e submetido a seguidas seções de tortura, Barron acabou contando que o casal residia na região do Méier, subúrbio do Rio de Janeiro. Não falou mais nada, e foi morto pelos torturadores. A polícia já começava a montar o cerco.

Na casa onde viviam Olga e Prestes, foram encontrados documentos e uma caderneta cujas anotações ajudariam a polícia a deter outros importantes membros do partido. Prestes usava um passaporte português com o nome de Antônio Vilar, casado com Maria Bergner Vilar - na realidade, Olga Benário, militante comunista alemã que viera ao Brasil com a missão de dar apoio a Prestes. Na viagem e na clandestinidade, os dois se apaixonaram e se tornaram marido e mulher.

Aquele dia, na delegacia, eles se viram pela última vez. Prestes ficou preso por nove anos; Olga, mesmo grávida, seria deportada para a Alemanha e, de lá, enviada (com Elise Ewert) para campos de concentração nazistas.



28 de fevereiro de 1945

GETÚLIO PROMETE CONVOCAR ELEIÇÕES

O presidente Getúlio Vargas edita a Lei Constitucional nº 9, que promete marcar, em até 90 dias, data para eleições de presidente da República, deputados federais, senadores, governadores e deputados estaduais. Vargas já estava no poder há 15 anos. Oito anos antes, instaurara no país a ditadura que passaria à História como Estado Novo, com dissolução do Congresso e dos legislativos estaduais, nomeação de interventores para os estados e extinção dos partidos políticos.

A entrada do país na Segunda Guerra Mundial, em 1942, ao lado das maiores democracias ocidentais, tornou insustentável a ditadura varguista. A sociedade passou a se mobilizar pela democratização do país, e nem as próprias Forças Armadas, que aceitaram a ascensão dele em 1930 e o mantiveram em 1937, estavam dispostas a dar mais sustentação ao regime.

Em novembro de 1944, o general Góes Monteiro, vindo de

uma missão no Uruguai, já alertara o presidente de que os oficiais do Exército não viam mais sentido na manutenção do regime totalitário. "Não se pode compreender que o Brasil, que nesse momento combate as nações totalitárias, permaneça ele próprio sendo um Estado autoritário", ponderou o general.

A partir daí, Vargas tentou, sem sucesso, manter a abertura do regime sob seu controle. Seis dias depois de ler uma entrevista concedida por José Américo, seu ex-ministro da Viação, ao jornalista Carlos Lacerda, em que anunciava uma candidatura de oposição a uma eleição sem data marcada, o presidente assinou a Lei Constitucional nº 9.

A nova lei, porém, sofreu severas críticas da imprensa e dos setores democráticos, pois mantinha em vigor a Constituição autoritária de 1937 – a chamada "Polaca" – e definia eleições sem que fossem suspensos os mecanismos de exceção.



3 de março de 1947

'ASA-BRANCA' PÕE O BAIÃO NAS PARADAS

O sanfoneiro Luiz Gonzaga e o letrista Humberto Teixeira lançaram "Asa-branca", terceira parceria da dupla, com o tema da migração nordestina para o Rio e para São Paulo.

"Asa-branca" faria tanto sucesso que consagraria o baião como um dos gêneros mais populares do país. O tema da canção seria constante nas composições da dupla: o exílio rural imposto aos retirantes da seca, a separação do amor, a saudade antecipada dos entes queridos e a esperança do retorno.

Gonzaga e Teixeira, eles próprios retirantes, pensaram a canção no ritmo da fuga. "'Asa-branca' tem a cadência do povo andando, marchando. E minhas toadas também são cadência do povo retirante", diria mais

tarde o Rei do Baião – como Gonzaga ficaria conhecido.

Gonzaga tomou emprestado o baião e o lundu baiano da música regional nordestina e adaptou o som rural do sertão a uma base sonora própria. Em vez de viola, rabeca, pandeiro e botija de barro, adotou uma combinação dos sons da sanfona, da zabumba e do triângulo, dando alegria e balanço à "música do norte".

Gonzaga também manteve expressões e temáticas regionais, que estabeleceram grande identidade entre ele e o público retirante, que também se reconheceu na indumentária peculiar usada pelo sanfoneiro durante toda a sua carreira: chapéu de couro cru, gibão de vaqueiro sertanejo, alpercata e sanfona prateada.

Março de 1956

'RIO, 40 GRAUS' EXPÕE O MORRO SEM RETOQUES

Finalmente, depois de vencer várias dificuldades, é lançado "Rio, 40 Graus", primeiro longa-metragem do cineasta Nélson Pereira dos Santos e uma das obras mais importantes do cinema nacional. O filme tem trilha sonora de Radamés Gnattali e Zé Ketti, fotografia de Hélio Silva e a participação de Jece Valadão como ator e diretor-assistente.

Numa época em que as grandes companhias cinematográficas perseguiram o modelo hollywoodiano, o filme inaugura uma nova linguagem, que influenciaria inúmeros cineastas e inspiraria, anos depois, movimentos como o Cinema Novo. Seria saudado pela crítica brasileira e receberia vários prêmios.

Sem interesse dos grandes produtores para o projeto, Nélson organizou uma cooperativa e vendeu cotas para realizá-lo – o que lhe valeu uma repreensão do Partido Comunista Brasileiro (PCB), ao qual era filiado.

Os negativos vieram contrabandeados para o Brasil, e a câmera foi emprestada por Humberto Mauro, diretor do Instituto Nacional do Cinema Educativo (Ince).

Concluído em 1955 com baixíssimo orçamento, "Rio, 40 Graus" seria saudado pela crítica brasileira e receberia vários prêmios. Em setembro daquele ano, porém, teve a exibição proibida, em todo o território nacional, pelo chefe do Departamento Federal de Segurança Pública (DFSP), coronel Geraldo de Meneses Cortes.



29 de fevereiro de 2008

MP 421 VALORIZA O SALÁRIO MÍNIMO

A MP, depois transformada em lei, garantiu o reajuste real do salário mínimo por meio de sua correção a partir da variação do PIB do ano anterior somada ao repasse da inflação do período. A política previa inicialmente a fórmula de valorização até 2010. Em 2011, seria renovada até 2015 e, em 2015, até 2019.

Os críticos desta política afirmavam que seus custos seriam insuportáveis para a economia, especialmente na esfera da Previdência Social. O tempo mostraria que essas críticas não tinham fundamento: os incrementos na economia e na arrecadação de tributos seriam, em média, 2,5 vezes maiores do que os custos gerados pela Previdência.

A política de valorização do salário mínimo seria uma dos principais fatores responsáveis por manter a economia aquecida durante a crise internacional iniciada em 2008 e pela ascensão da chamada nova classe C. De 2002 a 2010, o aumento real do salário mínimo atingiria a marca de 53,67%. Até 2015, chegaria a 76,54%.

De 2003 a 2010, o poder de compra do salário mínimo passaria de 1,38 cesta básica para 2,06 cestas básicas, e chegaria a 2,21 cestas básicas em 2014 (melhor poder de compra desde 1979).

Esta seção é fruto da parceria entre o Centro Sérgio Buarque de Holanda, da FPA, o Memorial da Democracia e o Instituto Lula. Envie suas sugestões por e-mail para memoria@fpabramo.org.br ou memorialdademocracia.com.br

8 de março de 1975

ONU OFICIALIZA O DIA INTERNACIONAL DA MULHER

O chamado Dia Internacional da Mulher só foi oficializado em 1975, ano que a ONU estabeleceu o Ano Internacional da Mulher para lembrar suas conquistas políticas e sociais.

O primeiro registro remete a 1910. Durante a II Conferência Internacional das Mulheres em Copenhague, na Dinamarca, Clara Zetkin feminista marxista alemã, propôs que as trabalhadoras de todos os países organizassem um dia especial das mulheres, cujo primeiro objetivo seria promover o direito ao voto feminino. A reivindicação também inflamava feministas de outros países, como Estados Unidos e Reino Unido.

No ano seguinte, em 25 de março, ocorreu um incêndio na fábrica Triangle Shirtwaist, em Nova York, que matou 146 trabalhadores - incluindo 125 mulheres, em sua maioria mulheres imigrantes judias e italianas, en-

tre 13 e 23 anos. A tragédia fez com que a luta das mulheres operárias estadunidenses, coordenada pelo histórico sindicato International Ladies' Garment Workers' Union (em português, União Internacional de Mulheres da Indústria Têxtil), crescesse ainda mais, em defesa de condições dignas de trabalho.

As russas soviéticas também tiveram um papel central no estabelecimento do 8 de março como data comemorativa e de lutas. Por "Pão e paz", no dia 8 de março de 1917, no calendário ocidental, e 23 de fevereiro no calendário russo, mulheres tecelãs e mulheres familiares de soldados do exército tomaram as ruas de Petrogrado (hoje São Petersburgo). De fábrica em fábrica, elas convocaram o operariado russo contra a monarquia e pelo fim da participação da Rússia na I Guerra Mundial.

A CANÇÃO BRASILEIRA

Desde que o Brasil conquistou a independência, há 200 anos, seus compositores enriqueceram tanto a música clássica quanto o jazz em todo o mundo. De Carlos Gomes a Milton Nascimento, passando por Guerra Peixe, Villa-Lobos e Camargo Guarnieri

Mervyn Cooke | BBC Music

O lema nacional do Brasil, Ordem e Progresso, está estampado no centro de sua bandeira e encapsula perfeitamente os esforços indomáveis da nação para aproveitar seus recursos naturais e culturais aos rigores do mundo moderno. Com o 200º aniversário da declaração de independência do Brasil do antigo Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves, parece oportuno fazer um balanço da evolução musical que o país conheceu durante aqueles dois séculos, quando com o mesmo espírito de 'ordem e progresso' forjou a sua própria identidade no sala de concertos, e desenvolveu estilos pop e jazz de sucesso global com a vibração de seu folk e tradições musicais populares.

Antes da criação do Império do Brasil em setembro de 1822, a colônia portuguesa tinha visto um aumento constante na quantidade e qualidade da música sacra composta para suas igrejas, particularmente na província de Minas Gerais, no estado de São Paulo, e – depois que a realeza portuguesa fez sua sede em 1808 – no Rio de Janeiro, onde a capela real se beneficiou da prolífica produção do seu *kapellmeister* José Maurício Nunes Garcia (1767-1830). Muitos dos compositores que contribuíram para este crescente repertório litúrgico, incluindo Garcia, eram de origem mestiça.

Um influxo constante de músicos da Europa estimulou gradualmente o interesse por gêneros seculares, como ópera e peças de salão durante o século 19. O Rio sediou muitas produções de óperas populares italianas, enquanto

compositores nativos como Francisco Manuel da Silva (que escreveu o Hino Nacional do país em 1831) e Antônio Carlos Gomes ajudaram a estabelecer uma tradição operística local. Gomes colocou a música brasileira firmemente no mapa internacional com o sucesso de sua ópera *O Guarany*, estreada no La Scala de Milão em 1870, baseada em um romance sobre um caso de amor interracial no Brasil do século 16.

Gomes havia estudado anteriormente no Conservatório de Milão. Em sua época – e já no século 20 – era de rigueur para qualquer aspirante a compositor das Américas adquirir uma formação europeia antes de voltar para casa para desenvolver suas carreiras. Alberto Nepomuceno, por exemplo, estudou em Roma, Berlim, Viena e Paris antes de se instalar no Rio em 1895 e se dedicar ao cultivo



COMPOSITORES Carlos Gomes colocou a canção brasileira no mundo com a ópera *O Guarany*, no século 19. Sessenta anos depois, Camargo Guarnieri ia estudar em Paris. Ambos em busca da autêntica voz da arte nacional

da primeira escola de composição nacionalista brasileira.

Esse processo já havia começado na música de Alexandre Levy, cuja orquestral *Suite Brésilienne* (1890) trazia um samba-finale. Levy estudou na França e tinha bons contatos na Europa, mas morreu em 1892 com apenas 27 anos. Nepomuceno, no entanto, continuou a defender o trabalho de compositores clássicos brasileiros até sua morte em 1920. Suas próprias obras ocasionalmente fazem referência a tradições musicais vernaculares, como na sua peça orquestral *Série Brasileira* (composta em Viena em 1891), e a sua música vocal demonstra um notável compromisso com a língua portuguesa, embora no geral o seu estilo de composição tenha permanecido profundamente enraizado nos idiomas românticos de Brahms, Dvořák, Mendelssohn e Wagner.

Essas influências, no entanto, são perfeitamente fundidas em sua *Sinfonia em sol menor* (1893), e os dois lados de sua personalidade musical - o eurocêntrico e o

nacionalista - refletem o equilíbrio entre ordem e progresso que caracterizaria a obra de muitos compositores brasileiros posteriores.

Entre as figuras mais jovens orientadas por Nepomuceno estava Heitor Villa-Lobos, destinado a se tornar o compositor brasileiro de maior destaque internacional do século 20. Em 1915, Villa-Lobos escandalizou a crítica com a ousadia da música que apresentou no primeiro concerto dedicado exclusivamente à sua obra. A essa altura, os compositores brasileiros já absorviam influências mais modernas, demonstrando notável apreço pelas texturas e harmonias inovadoras dos impressionistas franceses.

Essa tendência é perceptível, por exemplo, nas obras de Glauco Velásquez (1884-1914), outro músico cuja carreira promissora foi interrompida por uma morte tragicamente precoce. Os encontros de Villa-Lobos com estilos mais modernos foram em parte consequência de sua associação com Dario Milhaud durante a estada deste último no Rio em 1917-18, e

posteriormente por suas próprias visitas prolongadas a Paris entre 1923 e 1930, quando conheceu Igor Stravinsky e Edgard Varèse.

A importante viagem de Milhaud ao Rio - onde trabalhou como agente de propaganda em tempo de guerra para o Ministério das Relações Exteriores da França - não abriu os ouvidos apenas à vibração da música popular brasileira, mas também ao som da Mata Atlântica, que mais tarde ele comemorou em sua escrita inventiva para instrumentos de percussão.

De volta à França, ele compôs *Le Boeuf sur le toit* (O boi no telhado) - encenado por Jean Cocteau como um balé surreal em 1920 - repleto de alegres ritmos sincopados, o timbre característico de um latino-americano raspador (güiro) e alusões a vários autênticos melodias brasileiras. Como ele logo faria com jazz em outro balé, *La création du monde* (1923), Milhaud mostrou como elementos da cultura popular a música poderia ser perfeitamente fundida com modernistas técnicas de composição, uma síntese que forneceu um



SONORIDADES Durante seus estudos na Europa, Guerra Peixe deixou a influência atonal para mergulhar na música nacionalista nos anos 1950. Dez anos depois, era Tom Jobim quem colocava a bossa-nova em evidência

modelo poderoso para compositores brasileiros desejando absorver elementos de sua própria cultura em música para a sala de concertos.

O modernismo nas artes brasileiras recebeu um impulso significativo em fevereiro de 1922, quando, para celebrar o centenário da independência, um festival de uma semana de 'Arte Moderna' foi realizado em São Paulo. Uma de suas luzes principais foi a figura literária multi-talenta e estudiosa de Mário de Andrade, cujos interesses se estendiam à etnomusicologia. Em 1928, publicou *Ensaio sobre a música brasileira*, que reflete o espírito nacionalista em que muitos compositores brasileiros agora se propõem a combinar técnicas folclóricas e de música artística. Ao fazer isso, eles foram atraídos para a inspiração para o experimentos semelhantes realizados por Stravinsky em seu início do período "russo", mas ainda mais por Bartók na Hungria.

Como na Argentina, onde Ginastera alcançou destaque com sua própria abordagem essen-

cialmente a mesma tendência, um amplo padrão foi estabelecido – por meio da qual os compositores brasileiros passaram de um compromisso inicial com autêntico ou materiais folclóricos quase autênticos em direção a um apropriação esotérica deles pelo uso de tais tendências europeias como o neoclassicismo e (mais controversamente) serialismo de 12 notas. A música de César Guerra-Peixe (1914-93), porém, traça um trajetória inversa: depois de um intenso engajamento com atonalidade e serialismo no final dos anos 1940, ele mergulhou na herança musical de São Paulo e Pernambuco, e a partir da década de 1950 compôs algumas peças das mais coloridas de sua época com música orquestral nacionalista e acessível.

A paixão de Villa-Lobos por sua herança musical brasileira foi vividamente exibida nos *14 Choros* para várias combinações instrumentais que compôs na década de 1920, enquanto seu neoclássico inclinações vieram à tona na série de nove *Bachianas Brasileiras* (1930-1945). Como o título coleti-

vo sugere, as *Bachianas Brasileiras* foram uma celebração simultânea da música de JS Bach (descrito por Villa-Lobos como "sem duvidar do dom mais sagrado para o mundo da arte") e a vibração da música indígena brasileira.

De longe, a mais conhecido da série é a *Bachiana n° 5* (1938), cuja primeira parte é uma bela vocalização sedutora para solo de soprano acompanhado por um conjunto de oito violoncelos (instrumento do próprio compositor). A iniciativa de Villa-Lobos em combinar os rigores do contraponto barroco com o lirismo, dinamismo e ritmo, idiossincrasias da música popular brasileira de outrora, novamente refletiu o conceito definidor da nação de ordem e progresso.

Uma tendência à abstração é perceptível em muitas das obras sinfônicas tensamente construídas escritas pela próxima geração de compositores brasileiros, em que motivos sofisticados e desenvolvimentos temáticos às vezes coexistem com traços de cores folclóricas genéricas, e nas quais a linguagem harmônica pode

inesperadamente mudar do austero atonal para o alegremente diatônico mesmo dentro dos limites de uma única obra. Claudio Santoro, que estudou com Nadia Boulanger em Paris em 1946 e passou muito tempo na Europa durante a ditadura militar no Brasil (1964-85), exemplificou essas características em uma produção prolífica que incluiu nada menos que 14 sinfonias, a Sétima das quais foi escrita para marcar a fundação da nova capital da República Federativa do Brasil, Brasília, em 1960.

Camargo Guarnieri, que também estudou na Paris (em 1938) e esteve intimamente associado a Mário de Andrade, igualmente equilibrando abertamente tendências nacionalistas e mais intelectuais em uma obra que (como a de Villa-Lobos) incluiu uma série de obras intituladas *Choro* – um termo para música de dança instrumental urbana, muitas vezes apresentando um solista, que para fins de apresentação Guarnieri tratava como sinônimo de ‘concerto’. Aluno de Guarnieri, José Antônio de Almeida Prado tipificou o espírito mais vanguardista dos compositores mais jovens que vieram destaque após a Segunda Guerra Mundial: estudou em Paris e Darmstadt em 1969-73, caindo fortemente sob o feitiço da música de Olivier Messiaen.

Embora a música clássica brasileira tenha apenas recentemente se tornado mais conhecida e merecidamente apreciada além-fronteiras, a música popular brasileira exerce há muito tempo uma forte e distinta influência no mundo do jazz. A bossa nova foi uma adaptação lírica

e descontraída de ritmos de samba cativantes com grande apelo melódico – descrito de forma memorável por Raj em um episódio do sitcom *The Big Bang Theory* como algo você ouve ‘com seus quadris e também com seus ouvidos’.

Lançada por João Gilberto e Antônio Carlos (‘Tom’) Jobim nos anos 1950, a bossa nova virou uma sensação internacional quando adotado por músicos de jazz norte-americanos Stan Getz (saxofone) e Charlie Byrd (guitarra) em seu álbum vencedor do Grammy álbum Jazz Samba em 1962, encabeçado por ‘Desafinado’, de Jobim. No ano seguinte, Gilberto e sua esposa Astrid gravaram (também com Getz) “Garota de Ipanema”, a música rapidamente se tornou um sucesso mundial, seu sucesso internacional duradouro fama tão grande que foi destaque na abertura cerimônia dos Jogos Olímpicos de 2016 no Rio.

Outra influência seminal no jazz moderno músicos é da MPB (música popular brasileira), um desdobramento ricamente criativo da bossa nova exemplificado pela fusão de música tradicional, jazz e rock ouvido no *Clube da Esquina* de Milton Nascimento na década de 1970. Esta eclética mistura estilística foi emulada por músicos de alto perfil de jazz-rock dos Estados Unidos, entre eles Wayne Shorter, Chick Corea e Pat Metheny. Metheny viveu no Brasil por vários anos no final década de 1980, e considerava o país “o último lugar no mundo onde a música pop é realmente profundamente envolvido em harmonia”. •

NA DÉCADA DE 1970, É CLUBE DA ESQUINA, DE MILTON NASCIMENTO E LÔ BORGES, QUE ENCANTA O MUNDO E GANHA ENORME INFLUÊNCIA SOBRE O JAZZ ROCK

OS SONS DO BRASIL

Para uma biblioteca da melhor música de compositores do Brasil, comece com o impressionante andamento da série da Naxos: The Music Of Brazil. Apoiada oficialmente pelo Ministério das Relações Exteriores do Brasil e auxiliada pela Academia Brasileira de Musica, a série traz apresentações de três das melhores orquestras conceituadas do país – as filarmônicas de Minas Gerais, de Goiás, e a Sinfônica de São Paulo – e uma distinta lista de maestros, solistas e músicos de câmara.

O repertório varia desde a agitação, mas com romantismo disciplinado de Sinfonia em Sol Menor, de Nepomuceno (1893) até os concertos modernistas dos anos 1970 e Anos 80 (8,574225) de Almeida Prado. Entre esses extremos, há o colorido trabalho habilmente elaborado por Guarnieri, Guerra-Peixe, Santoro, Velásquez e Villa-Lobos.

Para um jazz com toques brasileiros, há Getz e Byrd’s no álbum Jazz Samba (Verve), de 1962) e o de Shorter em 1975, *Dancer Native* (Columbia/Sony), o último com Milton Nascimento como vocalista convidado. Também recomendamos o álbum *Clube da Esquina*, de 1972, e de 1978, ambos de Milton Nascimento, que estão disponíveis para ouvir por streaming ou baixar. •



A EXCLUSIVA CLARICE

Áudio de entrevista publicado por Benjamin Moser na revista estadunidense *The New Yorker* causa polêmica no Brasil e abre uma discussão sobre exclusividade e ineditismo

Guto Alves

Uma das escritoras brasileiras mais lidas e celebradas de nossa literatura, Clarice Lispector transformou-se num grande mistério para quem estuda sua obra. Em grande parte, pelo que se diz da aura de misticismo que sobrevoa a personagem, que a muitos soa como inspiração divina, algo de não humano, para além da compreensão. Mas também pelo muito de oculto que há em sua vida que, apesar de biografada e especulada por pesquisadores, permanece num limbo, escondida de nossos olhos e ouvidos em suas letras, sem muitos registros da voz falada.

Por isso, causou tanta euforia no Brasil [a reportagem da revista americana](#) *The New Yorker*, assinada pelo biógrafo Benjamin Moser, que “revela” uma entrevista “perdida” de Clarice Lispector, concedida aos amigos Afonso Romano de Sant’Anna, Marina Colasanti e João Salgueiro, gravada em 1976. A polêmica do ineditismo se instaurou no Brasil após a publicação de Moser na *New Yorker*, sobretudo com o termo utilizado: “lost”, perdido.

Justificando as aspas, a entrevista, de perdida, não tinha nada – mas que era cercada de “exclusividade”, sim, isso era. O que trouxe Moser aos leitores da *New Yorker* foi, na verdade, a inédita tradução para o inglês de pequenos trechos de uma entrevista já conhecida de pesquisadores (e leitores) da vida e da obra de Clarice.

Segundo a pesquisadora e biógrafa Teresa Monteiro, no Brasil

a primeira publicação da entrevista ocorreu em 1978, em trecho transcrito e editado por Maria Amelia Mello na *Revista Escritas*. Em 1991, o Museu da Imagem e do Som, do Rio de Janeiro, a quem pertence o arquivo, publicou uma primeira transcrição do conteúdo, mas não *ipsis litteris*, omitindo detalhes importantes, aparentemente irrelevantes. A transcrição do MIS foi publicada na obra “Outros Escritos” (Rocco, 2005), coleção de textos sobre Clarice organizada por Monteiro e pela escritora Licia Manzo. Continuávamos, então, sem acesso à voz de Clarice, às nuances e sem acesso a sua verdade.

Não pára por aí: em 2013, Marina Colasanti e Afonso Romano de Sant’Anna publicaram a entrevista em “Com Clarice” (Unesp). Até então, nada de ouvirmos a voz da escritora. Outro detalhe

que chama atenção é que a canadense Claire Varin, jornalista, escritora e tradutora que se encantou por Clarice ao ler uma tradução francesa de “A maçã no escuro”, já havia citado a tal entrevista perdida em 1987, quando publicou trechos dela no exterior em “Clarice Lispector: Reencontre Bresilienne” (Trois), em que cita a duração da gravação que ouvira no MIS, de uma hora e trinta e cinco minutos.

Seria, portanto, um absurdo Moser dar caráter de ineditismo à entrevista e legítima a reclamação de brasileiros que não vão muito com a cara do americano. Não fosse por um detalhe: foi ele quem primeiro apresentou um bloco inédito da entrevista a que teve acesso, uma edição de 45 minutos da íntegra. E foi Moser que deu à entrevista, de forma isolada, a importância devida, sem fragmentá-la.

Ora, que mistério tem essa entrevista que nunca nos foi revelada, antes, na íntegra? Aparentemente, a exclusividade e a manutenção de uma Clarice oculta. Se até Claire Varin, no final dos anos 80, os meios não fossem realmente tão multimídia como se tornaram ao desenrolar do tempo, e a transcrição fosse a melhor forma de preservar e disseminar algum conteúdo, já faz um bom tempo que há canais que proporcionam ambas as situações: a preservação e a divulgação, de forma intacta, de um material que estava no escuro.

A princípio, podemos analisar que, ainda que publicada em obras específicas sobre Clarice, como mostramos aqui, e escondido no MIS, os 45 minutos de áudio divulgados por Moser eram

A VOZ DE UMA
CLARICE BEM-
HUMORADA
E DE LÍNGUA
PRESA SURGE NA
'NEW YORKER'
ILUMINANDO O
IMAGINÁRIO DE
SEUS FÃS

inéditos para brasileiros tanto quanto sua tradução editada para o inglês para os anglófonos. E foi justamente a partir destes 45 minutos inéditos que, magicamente, a [íntegra apareceu no YouTube no canal "LetrasInverso"](#). Nunca celebrados – ou até mesmo ignorados – alguns trechos estão perdidos no site desde 2020 sob a alcunha de "entrevista raríssima", com poucas visualizações até que Moser chamasse holofote diretamente a ela.

Uma das mais ferrenhas críticas da publicação de Moser na *New Yorker*, a diretora Taciana Oliveira construiu seu documentário sobre vida e obra de Clarice Lispector com base em sólidas pesquisas acadêmicas de pesquisadoras brasileiras e costurou a condução do filme com trechos desta perdida e "raríssima" entrevista de Clarice.

O filme de Taciana, "A descoberta do mundo" não foi exatamente um sucesso, mas é certamente um marco na produção audiovisual. Antes de Taciana, outra pessoa a nos iluminar com um trecho do, aparentemente, Santo Graal de Clarice, foi a sobrinha-neta da escritora Nicole Algranti, que fez um curta-metragem sobre a tia-avó em 2007, em que constava também alguns trechos editados da gravação de 1976.

É compreensível que críticos de Moser (a aqui vamos nos ater a Moser somente em relação a essa entrevista) tenham se enfurecido com o termo escolhido pela *New Yorker* para publicar a entrevista e a falta de menção em seu texto aos créditos do histórico que o material tem em publicações e pesquisas ao longo de décadas, mas será mesmo que a entrevista não estava um tanto quanto perdida?

Qual razão de tanto furor? Por que nunca havia sido publicada no Brasil? Quando a entrevista foi publicada como fim em si



FUROR A publicação da entrevista na *New Yorker* causou polêmica no Brasil

mesma, como entrevista? Parece haver uma insistência em manter Clarice Lispector como um oráculo, cheio de surpresas e camadas intocadas (ou intocáveis) para que, de tempos em tempos, ela possa ressurgir em suas próprias palavras, caladas, escondidas até então.

A questão é que não faz sentido a briga pelo ineditismo, se já conhecíamos, por escrito, as palavras de Clarice. Ouvi-la é que faz toda a diferença. O único registro sólido em audiovisual que tínhamos até então, a famosa "última entrevista de Clarice", gravada meses antes sua morte, era sua fala condutora para nossos ouvidos.

Nesta entrevista, concedida a Júlio Lerner para a TV Cultura, vemos um Clarice que, inclusive, avisa: "Não estou triste, só estou cansada". Virou até meme, em razão de termos ali uma Clarice profundamente melancólica, deprimida, sem muita vontade de viver. E assim ficou eternizada no imaginário de muitos brasileiros, inclusive pela descrição de amigos, como Caio Fernando Abreu, que a dizia "tristíssima", a tal ponto de sua tristeza doer nele, uma autora bêbada de sua própria melancolia traduzida em literatura.

Agora jogada à luz, a gravação na íntegra da entrevista concedi-

da por Clarice a Afonso Romano de Sant'Anna, Marina Colasanti e João Salgueiro revela-se não somente um depoimento, mas uma saborosa conversa entre amigos. Uma Clarice que saboreava a vida, fazia pausas para beber água e Coca-Cola, que pretendia não morrer, senão viver mais um século, que ria, que gargalhava.

Por que nos privavam da gargalhada de Clarice? Por que, desde o primeiro relato de contato com o material, de Claire Varin, até hoje, mais de 40 anos depois, nunca tivemos acesso a esse material? Se tanta gente já o conhecia e se já havia sido, inclusive, trechos em áudio publicados, fica impossível não celebrar o efeito "New Yorker" após a publicação do material.

Aquela que sempre buscou, assim lemos, uma tradução da vida por meio da literatura, diz ali sobre seu processo de escrita, desmistifica o sobrenatural de sua criação e se revela, para surpresa de muitos, uma mulher comum, uma escritora de ofício, por mais que negasse o caráter profissional ao dizer que só escrevia quando queria. A entrevista que de tão exclusiva acabou excluída por tantos anos, nos confirma o que ela vem martelando há anos na gravação da TV Cultura: Clarice não estava triste, só estava cansada. •

VIOLÊNCIA NO BRASIL

desafio das periferias

Disponível no site da Fundação Perseu Abramo

<https://fpabramo.org.br/publicacoes/estante/violencia-no-brasil-desafio-das-periferias/>

Organização

Felipe da Silva Freitas

Amanda Pimentel | Artur Henrique dos Santos | Bruno Langeani | Dandara Tonantzin Silva Castro | Danilo Sales do Nascimento | Dudu Ribeiro | Felipe da Silva Freitas | Gustavo Queiroz | Jackeline Aparecida Ferreira Romio | Juliana Borges da Silva | Juliana Gonçalves | Maíra de Deus Brito | Pablo Nunes | Paulo César Ramos | Poliana da Silva Ferreira | Ricardo Moura | Silvia Ramos | Sofia Helena Monteiro de Toledo Costa

RECONEXÃO
PERIFÉRIAS

FUNDAÇÃO
Perseu Abramo
Partido dos Trabalhadores

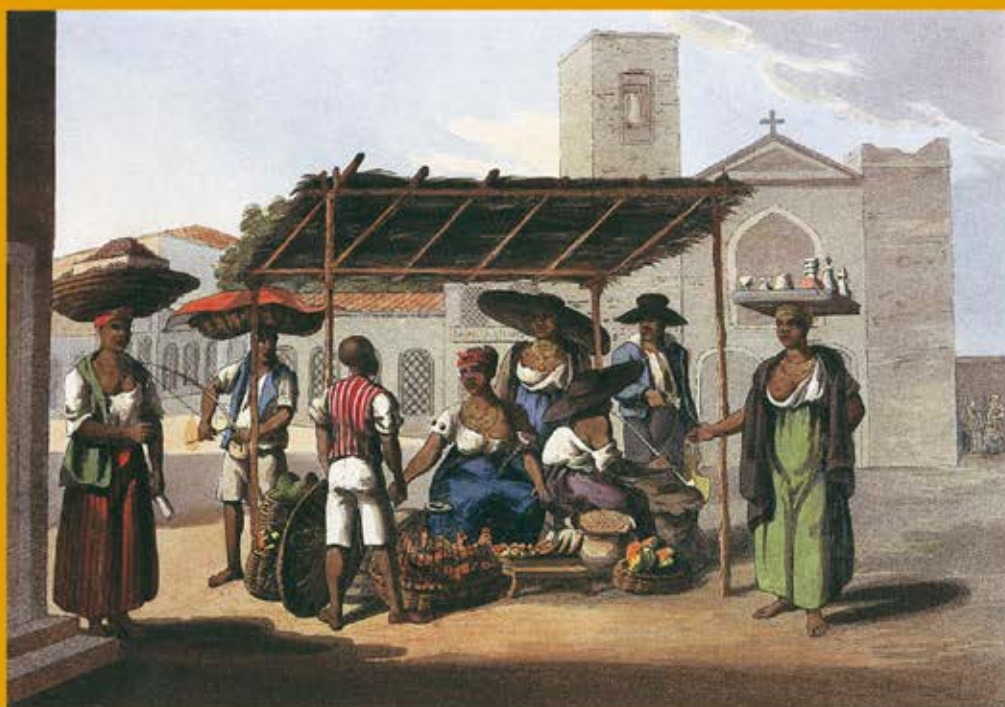
História do povo brasileiro História do povo brasileiro História do povo brasileiro

História *do povo brasileiro*

JOSELI NUNES MENDONÇA

Cenas da abolição

*Escravos e senhores no
Parlamento e na Justiça*



FUNDAÇÃO
Perseu Abramo
Partido dos Trabalhadores

Disponível no site da Fundação Perseu Abramo

fpabramo.org.br/publicacoes/estante/cenas-da-abolicao-escravos-e-senhores-no-parlamento-e-na-justica/